

DIARIO DA MANHA

ORGÃO OFFICIAL

ANNO IV — Victoria, E. do Espirito Santo

Sabado 5 de Março de 1910 — NUM. 61



ACTOS OFFICIAES

DECRETO N. 43

Dá regulamento aos diversos ramos da administração do Estado.

O Presidente do Estado, usando de attribuição constitucional e tendo em vista regulamentar os serviços da administração publica, de accordo com o decreto n. 365, de 19 de junho de 1909 e nos termos da auctorisação contida na lei n. 636, de 20 de Dezembro do mesmo anno, decreta:

PARTE GERAL

TITULO I

CAPITULO I

DO PRESIDENTE

Art. 1º O presidente do Estado, chefe de toda administração publica, superintenderá todos os serviços.

Art. 2º O presidente terá como auxiliares para o serviço da administração:

Um secretario do governo, um official de gabinete, um consultor juridico e os directores dos diversos departamentos do serviço publico.

§ Unico. Terá tambem um ajudante de ordens, que será um dos officiaes do corpo militar de policia do Estado.

Art. 3º Os actos do presidente do Estado terão a denominação e a fórma de decretos, com numeração sempre seguida e serão referendados pelo secretario do governo.

CAPITULO II

DO ORÇAMENTO

Art. 4º Todos os serviços publicos terão por base o orçamento do Estado, votado pelo congresso.

Art. 5º Cada orçamento comprehenderá o espaço de um exercicio financeiro, que começará a 1º de janeiro e terminará a 31 de dezembro de cada anno, havendo um trimestre adicional para sua liquidação.

§ Unico. Todas as responsabilidades, que não forem pagas dentro deste praso, serão escripturadas como dividas de exercicios findos, para o fim de solicitar-se do congresso credito para o pagamento no orçamento do exercicio que se seguir ao da liquidação.

Art. 6º O orçamento do Estado será votado annualmente por partes, votando-se em primeiro lugar o orçamento geral da receita e depois o orçamento parcial de cada titulo da despesa.

Art. 7º Os titulos de despesa são os seguintes:

a) Representação do Estado.

Comprehendem-se neste titulo o subsidio e a ajuda de custo dos deputados, os vencimentos do pessoal da secretaria, as despesas do expediente, dos trabalhos stenographicos, dos debates e da sua publicação na imprensa.

O subsidio e ajuda de custo dos membros do congresso legislativo serão marcados por lei especial no primeiro anno de cada legislatura e sempre para vigorar na seguinte.

b) Governo e administração do Estado.

Comprehendem-se neste titulo as despesas com o subsidio do presidente do Estado, com os vencimentos e despesas de sua secretaria e dos diversos departamentos do serviço publico.

c) Magistratura.

Comprehende o pagamento aos magistrados, ao pessoal da secretaria da corte de justiça, e o das despesas com o expediente do mesmo tribunal e com o pessoal forense em geral.

d) Credito publico.

Comprehende a verba para pagamento de juros da divida fundada do Estado e da fluctuante que tambem os vencer, quaesquer que sejam os titulos de uma e outra.

Idem para pagamento das dividas de exercicios findos e dos restos a pagar do exercicio anterior.

Idem para amortisação da divida fundada.

e) Subvenções e garantias.

Comprehendem-se neste titulo a importancia dos favores que as leis do Estado concederem a empresas de navegação ou outras quaesquer, os creditos neces-

sarios para pagamento de garantia de juros a empresas já organisadas, de estradas de ferro, navegação, engenhos centraes, quer estejam em andamento os serviços quer não estejam concluidos, quando a garantia houver sido expressamente estipulada em moeda corrente.

f) Despezas geraes.

Comprehendem-se neste titulo todas aquellas que não tiverem character permanente, não forem dependencia ou accessorio dos outros serviços já especificados e, em geral, todas as pequenas despesas imprevistas com serviços não classificados.

Art. 8º O orçamento da receita será organizado sobre a base da arrecadação feita nos tres ultimos exercicios encerrados, de cada uma de suas respectivas verbas, de conformidade com o art. 98 da Constituição do Estado.

Art. 9º Fixada a receita do exercicio futuro, a ella se annexará a importancia presumivel do saldo do exercicio vigente e da cobrança da divida activa do Estado, comprehendidas nesta especificação não só as importancias de impostos que em tempo não houverem sido pagos, como quaesquer outras de que o Estado seja credor.

Art. 10. Fica o presidente do Estado auctorizado a abrir creditos extraordinarios nos seguintes casos:

a) Calamidade publica, como sejam epidemias reinantes ou imminentes, incendios ou inundações;

b) Subversão da ordem publica na hypothese de invasão estrangeira ou de outro Estado, grave commoção interna ou imminencia de perigos para a paz e ordem publicas;

c) Em falta de verba especial votada para serviços ordenados pelo congresso ou para reparação urgente de proprios estadaes.

Art. 11. Fica ainda o presidente auctorizado a abrir creditos supplementares, dentro do exercicio financeiro, quando necessarios para os serviços ordinarios.

Art. 12. E' sujeito á approvação do congresso o acto que abrir os creditos, de que tratam os artigos antecedentes, devendo o presidente apresental-o na primeira sessão ordinaria que tiver lugar, acompanhado de uma exposição de motivos e dos documentos que fundamentarem o mesmo acto.

CAPITULO III

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Art. 13. Os serviços administrativos do Estado ficam distribuidos pelos seguintes departamentos:

Interior.

Agricultura, Terras e Obras

Serviço Sanitario.

Ensino.

Finanças.

Policia.

Art. 14. Ficam subordinados:

a) Ao departamento do interior, os serviços da secretaria do governo, da bibliotheca e do archivo publico.

b) Ao de agricultura, terras e obras todos os serviços que dizem respeito aos melhoramentos materiaes do Estado, á agricultura, ás terras, á colonisação e ao almoxarifado.

c) Ao do serviço sanitario, todos os referentes á saude publica no Estado.

d) Ao do ensino publico, todos os serviços de instrucção publica do Estado, inclusive a inspecção do instituto gymnasial e dos collegios particulares.

e) Ao de finanças, os serviços de contabilidade, fiscalisação, arrecadação escripturação das rendas publicas e imprensa official.

f) Ao da policia, todos os serviços referentes á segurança publica, á manutença da ordem, ao corpo militar de policia e ás prisões.

CAPITULO IV

DOS SERVENTUARIOS DO ESTADO: NOMEAÇÃO, ACESSO E DEMISSÃO; VENCIMENTOS

Art. 15. São considerados serventuarios do Estado todos os funcionarios empregados no seu serviço. As disposições deste capitulo só abrangem os funcionarios effectivos, salvo excepções expressas.

Art. 16. Cada departamento ficará a cargo de um director que será o delegado do presidente do Estado na suprema direcção do serviço.

Art. 17. O serviço do gabinete presidencial ficará a cargo do secretario da presidencia, que se denominará official de gabinete e para todos os efeitos é equiparado aos chefes de departamento.

§ Unico. Incumbe-lhe:

a) receber, abrir e fazer toda a correspondencia do presidente do Estado;

b) acompanhal-o a todos os actos publicos;

c) entender-se de sua parte com as auctoridades sobre quaesquer assumptos;

d) represental-o officialmente.

Art. 18. O consultor juridico será sempre um diplomado em direito, dentre os advogados de mais nota do Estado, e a elle incumbe estudar todos os assumptos submettidos a decisão do presidente do Estado e que envolvam questões de direito e a respeito emittir parecer.

§ 1º O consultor juridico funcionará junto da secretaria do Governo.

§ 2º Emquanto não houver nomeação especial para esse lugar serão as suas funções exercidas pelo procurador geral, sem outra remuneração, que a do seu cargo.

Art. 19. Ao ajudante de ordens cumpre executar todas as ordens do presidente e acompanhal-o a todos os actos publicos, podendo tambem represental-o officialmente.

Art. 20. Os directores do serviço administrativo são da confiança e da livre nomeação e demissão do presidente do Estado.

Serão tambem nomeados e demittidos pelo presidente, mediante proposta dos respectivos directores, todos os funcionarios aos mesmos subordinados, a excepção dos collectores, escriptães e guardas das agencias de rendas, do protocollista e, em geral, dos continuos, porteiros e fiscaes. Estas nomeações e demissões serão feitas pelos respectivos chefes de departamentos.

Art. 21. Ninguem poderá ser nomeado para cargo publico sem exhibir antes de se lhe passar o titulo, prova de ter a idade de 21 annos e a sua folha corrida, salvo o normalista, que poderá ser nomeado e entrar em exercicio effectivo do cargo de professor depois dos 18 annos de idade.

Estes documentos ficarão archivados na repartição que expedir o titulo.

Art. 22. E' necessario mais, para ser admittido a emprego publico, que o candidato seja cidadão brasileiro, nato ou naturalisado e reuna as habilitações requeridas para o cargo.

§ Unico. Essas habilitações são as que forem exigidas pela especialidade de cada serviço.

Art. 25. Toda vaga, que se der em qualquer departamento será preenchida, por accesso, em que se terão em conta o merecimento e a antiguidade do funcionario.

Art. 24. Toda a nomeação nova deverá ser feita sempre mediante concurso.

§ 1º Considerar-se-á habilitados em concurso:

a) Os diplomaados pelo gymnasio espirito sante e pela escola normal;

b) Os empregados de categoria inferior, que apresentarem prova de habilitação para aquella, em que se houver dado a vaga.

§ 2º O concurso versará sobre assumpto de organização technica da repartição respectiva e sobre calligraphia, lingua portugueza, arithmetica, geographia do Estado e desenho e será feito perante uma commissão examinadora, nomeada pelo presidente do Estado e da qual deve fazer parte o director do departamento, em que se tiver verificado a vaga.

Art. 25. As disposições dos artigos 23 e 24 não são extensivas aos funcionarios de nomeação dos directores dos departamentos.

Art. 26. Toda e qualquer nomeação vigora durante o praso de 30 dias, findos os quaes, sem que o nomeado entre em exercicio do cargo, é este considerado vago.

Art. 27. O pessoal empregado no serviço do Estado gosará todo elle das mesmas vantagens e regalias, sem distincção de categoria. Não se comprehendem nesta posição aquellas vantagens e favores, que forem expressamente destinados a estimular os serventuarios de algum ramo particular da administração para o fim de obter ou melhorar o cultivo de um pessoal especial.

Art. 28. Os funcionarios do Estado serão os constantes do quadro organizado pelo Congresso e terão os vencimentos, que no mesmo forem consignados.

Art. 29. Os vencimentos dos funcionarios serão contados—dois terços para ordenado e um terço para gratificação *pro-labore*.

§ 1º Esta gratificação será considerada como tal somente para os casos de licença com ordenado.

§ 2º Aos empregados, cujos vencimentos consistirem somente em porcentagens, dois terços do que ellas produzirem serão computados como ordenado e o outro como gratificação.

CAPITULO V

DAS LICENÇAS, IMPEDIMENTOS E SUBSTITUIÇÕES

Art. 30. As licenças serão concedidas aos empregados publicos effectivos, de qualquer ordem e categoria, nos seguintes casos:

a) No caso de molestia provada, que iniba o empregado de continuar no exercicio do cargo.

b) No caso de molestia provada de pessoa da familia do empregado, que o force a interromper o exercicio. Considera-se pessoa da familia aquella que estiver a cargo do empregado ou que não tiver economia independente da sua.

c) No caso de interesse particular sendo o motivo justo e attendivel.

Art. 31. Compete conceder a licença a quem compete nomear o funcionario.

§ Unico. Aos directores do serviço administrativo é, porém, facultado conceder licença aos funcionarios do seu departamento, até 30 dias com ordenado, para tratamento de saúde, e até 90 dias sem vencimentos no caso de interesse particular.

Art. 32. A licença, por motivo de molestia do empregado ou de pessoa de sua familia, será concedida com ordenado por inteiro até 3 mezes e com metade do ordenado até 6 mezes; além de 6 mezes, a licença só poderá ser sem vencimento algum.

Sempre que o impedimento for motivado por outra causa, não tem o funcionario direito a vantagem alguma.

§ 1º Só ao congresso compete conceder licenças com ou sem vencimentos por mais de seis mezes.

§ 2º Para obter licença com vencimentos na forma deste artigo, deve o empregado requerel-a, apresentando attestado de uma junta medica, nomeada pelo Presidente do Estado.

§ 3º As licenças até 30 dias com ordenado, para tratamento de saúde, serão concedidas mediante petição instruída com simples attestado medico.

Art. 33. Em geral, as faltas de comparecimento ás repartições classificam-se como *abonaveis*, *justificaveis* e *injustificaveis* e serão ou não relevadas pela auctoridade competente para confeccionar as folhas de pagamento ou attestar o exercicio, de conformidade com as disposições seguintes:

§ 1º São abonaveis: a) as faltas motivadas por serviço publico obrigatorio, ou em commissões e gozo de ferias; b) as de nojo por morte de conjuge, filhos, paes, avós, irmãos, cunhados, sogros, genro e nora e as de gala por casamento.

As faltas em razão de morte de conjuge, paes, filhos e avós abrangerão o periodo de sete dias e as outras o de tres. Por necessidade do serviço publico, poderá o chefe do departamento restringir o periodo de anojamento e, desanojando o funcionario, convidal-o a apresentar-se na repartição.

§ 2º São justificaveis as faltas motivadas por molestia do funcionario ou de pessoa de sua familia; deverão ser justificadas perante o chefe do departamento, ou seu delegado e não excederão de 3 em cada mez.

Art. 34. As faltas abonadas dão direito a percepção de todos os vencimentos e as justificadas a percepção somente do ordenado.

Art. 35. Os prazos para o computo da licença serão contados do dia em que o funcionario começar a gosar-a, não se podendo dentro de um anno dessa data, ainda que em exercicio financeiro differente, conceder-se licença maior, nem com melhores vantagens, do que este decreto permite, embora em datas diversas, devendo ser contados os prazos da licença que o funcionario já tiver gosado dentro do anno, para se calcularem as vantagens com que se lhe poderá conceder nova, ou para negal-a.

Art. 36. Toda licença entende-se concedida para o funcionario gosar-a onde lhe approuver.

Art. 37. Não se concederá licença ao empregado, que não tiver pelo menos um mez de exercicio no emprego, salvo em caso muito urgente, e isso mesmo depois de haver elle entrado em exercicio.

Art. 38. Considera-se renunciada a licença, se o funcionario não entrar no gozo della, dentro de 15 dias da data da concessão para a capital e de 30 dias para o resto do Estado, ou se voltar ao exercicio antes della terminar.

§ Unico. Não se reputarão renunciadas, salvo arbitrio do proprio interessado, as licenças cuja interrupção provier de serviço determinado por ordem de auctoridade competente.

Art. 39. Exgotada a licença e não voltando o funcionario ao exercicio, o logar será considerado vago, dando-se, para casos excepcionaes, uma espera de 15 dias. Isto não obsta a que se dê nova nomeação do mesmo individuo, que ficará então sendo tido como recém-nomeado.

Art. 40. O departamento de finanças só poderá pagar vencimentos de funcionarios licenciados, mediante exhibição de portaria revestida de todas as formalidades legais.

Art. 41. O empregado licenciado perde para seu substituto a gratificação *pro-labore*.

Art. 42. São substitutos legais aquelles que por lei succedem nas funcções de outros, durante seus impedimentos.

§ 1º A substituição dos chefes dos departamentos administrativos e dos das repartições a elles subordinadas far-se-á respectivamente por designação especial do Presidente do Estado ou do director, devendo ser preferido sempre os funcionarios de categoria mais elevada nos departamentos respectivos.

§ 2º Em falta de designação ou enquanto ella não se der, a substituição a que se refere o paragrapho antecedente far-se-á em cada departamento pelos immediatos em categoria aos chefes respectivos.

§ 3º Para os effeitos desta disposição, consideram-se immediatos aos chefes:

a) O contador no departamento de finanças.
b) Os respectivos auxiliares nos departamentos do interior e de agricultura, terras e obras, o medico do

corpo militar de policia no do serviço sanitario, o lente mais antigo da escola normal no do ensino e o delegado auxiliar no da policia.

c) o escrivão nas collectorias e em falta deste os guardas pela ordem da antiguidade.

Art. 43. O substituto perde sua gratificação *pro-labore* para perceber a do substituido, quando o emprego deste for de categoria superior e as funcções do seu e do outro cargo não puderem ser accumuladas, por se repelirem, por exigirem simultaneidade de esforços incompativeis, por haver entre ellas relações de dependencia, ou por estar em lei determinado que o substituto, neste caso, será a seu turno substituido.

§ Unico. Dá-se, porém, a accumulção dos vencimentos de um com a gratificação do outro, quando os cargos forem accumulaveis e de facto as funcções estiverem accumuladas no mesmo serventurio, ou quando em lei ou acto do presidente do Estado isso for determinado.

Art. 44. O funcionario que exercer funcções singulares, e não tiver substituto legal, não poderá obter licença, sem que dê pessoa idonea para substituil-o, durante o impedimento, approvada pela auctoridade, a quem competir conceder a licença.

§ Unico. O licenciado, neste caso, perceberá os seus vencimentos integraes, mas nada perceberá o substituto, e quando este por qualquer motivo dispensar-se ou for dispensado do serviço, a auctoridade competente nomeará outro interinamente com todos os vencimentos do logar, ficando delles privado o licenciado.

Art. 45. Sendo a licença concedida com vencimentos ou havendo, nos cargos accumulados, affluencia de trabalho de onde possa resultar prejuizo para o serviço publico, fica ao arbitrio do presidente do Estado fazer ou auctorisar o provimento interino do cargo vago pela licença.

Art. 46. Quando a vacancia for motivada por não se achar o cargo effectivamente preenchido, ao funcionario que o accumular competem os vencimentos integraes do lugar melhor remunerado e metade do outro, embora este seja o seu.

CAPITULO VI

VANTAGENS E PENAS

Art. 47. É garantido o direito de aposentadoria a todos os funcionarios publicos estaduaes, de accordo com as condições estabelecidas neste decreto.

Art. 48. O empregado que contar, pelo menos, 10 annos de serviço e sentir-se impossibilitado de continuar nelle, deverá requerer ao presidente do Estado a nomeação de medicos para examinal-o e attestar a sua impossibilidade.

Esse exame será feito onde o presidente do Estado determinar, attendidas as condições de saúde do requerente, tornando-se indispensavel, para o mesmo exame medico, dois facultativos que o reduzirão a termo e assignal-o-ão com a auctoridade designada pelo Presidente, para assistil-o. Desse termo será dada certidão ao interessado.

No caso de divergencia, no juizo desses facultativos, será nomeado um terceiro para decidir.

Art. 49. Quando a incapacidade for de natureza a não poder ser allegada pelo aposentado, o exame preliminar e todo o processo posterior da aposentadoria poderão ser promovidos pela familia do empregado.

§ Unico. O presidente do Estado poderá igualmente resolver *ex-officio* a aposentadoria do funcionario, que se achar nesses casos, bem como de impossibilidade moral, se, quanto a esta, houver a attenuante do tempo de serviço e dos bons precedentes.

Art. 50. Concedida a aposentadoria ou resolvida esta *ex-officio* pelo presidente do Estado, segundo os casos acima previstos, será immediatamente expedido, por copia á directoria de finanças, o decreto presidencial correspondente, com os documentos apresentados, para que se proceda ao calculo do tempo e se fixe o vencimento do aposentado. A seu turno, este promoverá na mesma repartição o processo, exhibindo titulo e outros documentos, que lhe conferirem o direito e lhe aproveitem no calculo do vencimento.

§ Unico. Se contar 25 annos de serviço effectivo, o vencimento corresponderá ao ordenado integral do cargo; no caso contrario, o vencimento será proporcional ao tempo de serviço do aposentado. Para que elle faça jús ao ordenado do ultimo emprego, seja de acesso, seja de commissão, será mister exercel-o a um anno, pelo menos, salvo se os vencimentos entre o ultimo e o antecedente se equivalerem, hypothese em que não se verificará a exigencia de um anno para base do calculo.

Art. 51. Para as aposentadorias não se contará:

a) O tempo de suspensão do funcionario.
b) O tempo em que estiver demittido, embora reintegrado.

c) O tempo das licenças e as faltas não justificadas.
d) O tempo dos serviços prestados fóra do Estado, salvo os de guerra nacional.

Art. 52. Ao empregado vitalicio, ou ao que se tenha distinguido por serviços relevantes, com o desempenho de altas commissões e obras didacticas ou profissionaes, não se deduzirá o tempo das licenças nem aquelle, em que, porventura, estivesse eile privado do cargo, devido a uma exoneração notoriamente injusta ou arbitraria.

§ 1º As collaborações, nos varios departamentos do Estado, exercidas pelos funcionarios classificados neste artigo, ser-lhes-ão contadas, uma vez certificadas,

salvo quando estas collaborações coincidirem com exercicio de cargo já incluído em computo igual, ou não abrangerem serviços relevantes.

§ 2º Não será descontado ao funcionario vitalicio o tempo, em que desempenhar o mandato legislativo, em suas sessões.

Art. 53. Nenhum empregado poderá accumular duas aposentadorias, e aquelle que voltar ao serviço activo, perderá o vencimento, enquanto nelle permanecer. Em compensação, se o desempenhar por 10 annos ou mais, obterá uma melhora correspondente ao cargo e ao tempo.

Art. 54. Não se comprehendem na disposição da primeira parte do artigo antecedente as commissões temporarias, nem os cargos de eleição.

Art. 55. Quando os vencimentos consistirem em porcentagens, verificar-se-ão as percebidas pelo aposentado, durante o ultimo quinquennio, e dellas se deduzirá a média para fixação do ordenado correspondente. Se a taxa da porcentagem houver sido augmentada, nos dous ultimos annos, o calculo terá por base a taxa anterior.

Art. 56. Logo que esteja concluída a liquidação do tempo do funcionario aposentado, a directoria de finanças submeterá todo o processo ao julgamento do Presidente do Estado, afim de, proferido esse julgamento, ser aberto o devido assentamento e incluído em folha o mesmo aposentado.

§ 1º O vencimento, porém, será contado desde o dia em que foi concedida a aposentadoria, a qual ficará, não obstante, sujeita á approvação do Congresso.

Art. 57. Ficam abolidas as gratificações e pensões estabelecidas, periodica e uniformemente, por quaesquer leis anteriores.

Art. 58. O empregado, que completar 30 annos de serviço, será aposentado com todos os vencimentos do cargo, provada a sua invalidez.

Art. 59. As despesas decorrentes da inspecção medica, bem como de todo processo da aposentadoria, correrão por conta do interessado.

Art. 60. O funcionario aposentado, que aceitar ou exercer emprego ou funcção publica renumerada, de qualquer natureza, federal, estadual ou municipal, perderá as vantagens da aposentadoria durante o exercicio do mesmo emprego ou funcção.

Art. 61. A juizo dos respectivos chefes, é facultado a todos funcionarios o gozo de 15 até 30 dias de ferias em cada anno, sem prejuizo do serviço publico.

§ Unico—Esta disposição não se applica aos funcionarios, que gosam já dessa vantagem em virtude de leis especiaes.

Art. 62. As ferias de que trata o Dec., n. 215, de 28 de dezembro de 1908 não excederão o praso maximo de 30 dias.

Art. 63. As penas administrativas, a que ficam sujeitos os funcionarios, são as de multa, suspensão e demissão.

Art. 64. A multa será imposta:

a) Quando o funcionario não empregar a necessaria pericia no seu trabalho;
b) Quando por desidia ou falta de actividade não der conta em tempo dos trabalhos, que lhe forem confiados.

§ Unico. A multa será de 5\$000 a 50\$000, devendo ser sua imposição immediatamente communicada ao departamento de finanças.

Art. 65. A pena de suspensão poderá ser imposta até 3 mezes:

a) Quando o empregado portar-se mal na repartição, quando desattender aos seus superiores, quando tratar grosseiramente ás partes ou aos seus subordinados;
b) Quando for habitualmente desidioso, revelar parcialidade nos seus actos para servir a determinada pessoa ou incorrer em falta grave, embora não especificada.

Art. 66. Ao director incumbe impôr essas penas, havendo dellas recurso voluntario, dentro do praso de cinco dias, sempre no effeito suspensivo, para o Presidente do Estado.

§ Unico. Da imposição de penas que, pela natureza especial do serviço, seja da competencia de outras auctoridades, haverá tambem recurso voluntario, dentro do mesmo praso, para a auctoridade immediatamente superior.

Art. 67. A pena de demissão terá logar, quando o funcionario se tornar incompativel com o serviço, por faltas repetidas, por não cumprimento dos deveres, desleixo e por abandono do cargo.

§ Unico. Esta pena só poderá ser imposta aos funcionarios, que por leis anteriores tenham adquirido direito á vitaliciedade, mediante processo regular.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 68. Toda e qualquer pretensão referente a direito de partes será dirigida, por meio de requerimento, ao Presidente do Estado, por intermedio do secretario do governo, que o fará distribuir ao respectivo departamento, para resolver definitivamente, com recurso voluntario para o Presidente.

§ 1º Quando se tratar de assumpto, que, por sua natureza especial, deva ser resolvido pelo Presidente, será submittido a decisão deste pelo secretario, depois de colligidas as necessarias informações.

(Continúa).

SECÇÃO LIVRE

A' praça

Carlos Pinheiro de Azevedo comunica que tendo sido dissolvida nesta data a firma que girava sobre a razão social de Carvalho, Pinheiro & C., (casa Tamoyo), assumiu a responsabilidade do activo e passivo da mesma, continuando sob o seu nome individual com o mesmo ramo de negocio no prédio n. 3, á ladeira da Matriz, onde espera merecer a mesma confiança dispensada á firma extincta.

Victoria, 28 de fevereiro de 1910.—Carlos Pinheiro de Azevedo. (3—1)

Colonia á venda

Virgilio Lambez, desejando retirar-se para Europa definitivamente, vende por preço modico a sua colonia, sendo situado perto da villa de S. Theresa, neste Estado, tendo casa, grande pastaria, e engenho para beneficiar café e moer fubá.

Quem pretender pode dirigir-se ao mesmo. S. Theresa 1º de março de 1910. 3—3.

APERITIVO Victoria de J. Dantas & C. Rio de Janeiro rivalisa com os melhores aperitivos estrangeiros.

Abilio R. d'Araujo

ALFAIATE Executa com perfeição e presteza qualquer encomenda sob medida concernente a sua arte.

—81 RUA DA ALFANDEGA N. 81—

Smart-Club

A prestações semanaes de 5\$000

Estão abertas as inscrições para os numeros vagos No sorteio realisado sabado, 26 do corrente, foi sorteado o n. 6, pertencente ao sr. José Antunes da Rocha, com uma prestação.

OFREIS do estomago? fazei Uzo do delicioso aperitivo Victoria de J. Dantas & C. Rio de Janeiro, e vereis como as melhoras se accentuam.

Dr. Antenor Benevides

Vaccina gratuitamente todos os dias das 8 ás 10 horas da manhã. Rua Domingos Martins, 20.

LONDON & RIVER PLATE BANK LIMITED

FUNDADO EM 1962

Table with financial data: Capital subscripto, Capital realiado, Fundo de reserva, BALANCETE DA CAIXA FILIAL NESTA PRAÇA EM 28 DE FEVEREIRO DE 1910, ACTIVO, PASSIVO.

S. E. ou O.

Victoria, 3 de março de 1910. (Assignado).—J. Mill. gerente, Vom e Sate, contador.

Registo civil

Da comarca da Vianna durante o mez de janeiro de 1910.

Table with columns: DISTRICTOS, NASCIMENTOS (Masculino, Feminino, Legítimos, Naturais, TOTAL), CASAMENTOS (Brasileiros, Estrangeiros, Brasileiro com estrangeiro, TOTAL).

OBITOS

Table with columns: DISTRICTOS, SEXO (Masculino, Feminino), EDADE (Maiores, Menores), ESTADO CIVIL (Casado, Solteiro, Viúvo), NACIONALIDADE (Brasileiros, Estrangeiros, TOTAL).

EDITAES

Directoria de finanças

De ordem do sr. director, aviso aos srs. interessados que os pagamentos desta repartição, a contar do dia 5 do corrente mez, serão effectuados das 11 horas ás 2 da tarde, prorrogavelmente, obedecendo a seguinte tabella:

1º dia util

Presidencia do Estado, secretaria do interior, directoria de finanças, imprensa official, archivo e força publica.

2º dia util

Ministros da corte de justiça, secretaria da corte, deputados estaduais, secretaria do congresso, inspectorio de hygiene, chefatura e secretaria de policia e procuradoria geral do Estado.

3º dia util

Juizes de direito e promotor de justiça da capital, directoria de terras e obras, prefeito municipal e inspectorio do ensino publico.

4º dia util

Escola Normal e Modelo, grupo escolar, gymnasio e professorado primario da capital.

5º dia util

Professorado primario, juizes de direito e promotores de justiça do interior do Estado.

6º dia util

Inactivos e pensionistas do Estado.

O funcionario que deixar de comparecer no dia marcado pela tabella acima, sem motivo justificado, só poderá receber depois de effectuados todos os pagamentos.

Secretaria de finanças do Estado, 3 de março de 1910. —Edmundo Nascimento, secretario.

Directoria de Finanças

IMPOSTO PREDIAL

Faço conhecimento aos srs. interessados, de ordem do sr. director, que foi prorrogado até o dia 30 de abril vindouro o praso para pagamento do imposto predial, sem multa, relativamente ao primeiro semestre quanto ás casas alugadas e corrente exercicio quanto ás proprias, findo o qual será o referido imposto cobrado executivamente.

Secretaria de finanças, em 28 de fevereiro de 1910. —Edmundo Nascimento, secretario.

Delegacia fiscal do thesouro federal no Estado do Espirito Santo

Faço publico, de ordem do sr. delegado fiscal do thesouro federal, neste Estado, que os numeros das apolices do emprestimo nacional de 1897, sorteadas em outubro do anno passado, conforme edital de 11 de dezembro findo, transmittido por officio da inspectorio da caixa de Amortização, n. 1, de 10 da corrente mez, foram os seguintes:

- List of numbers: 9028, 9030, 9038, 9041, 9047, 9051, 9053, 9058, 9061, 9079, 9087, 9104, 9125, 9146, 9147, 9150, 9157, 9158, 9170, 9172, 9173, 9180, 9191, 9204, 9219, 9222, 9228, 9229, 9250, 9260, 9261, 9266, 9267, 9271, 9273, 9294, 9317, 9330, 9345, 9347, 9353, 9357, 9364, 9366, 9372, 9380, 9387, 9393, 9402, 9404, 9410, 9412, 9413, 9415, 9421, 9425, 9434, 9440, 9441, 9445, 9480, 9486, 9487, 9488, 9489, 9495, 9500, 9507, 9519, 9535, 9557, 9563, 9571, 9574, 9578, 9580, 9586, 9595, 9600, 9603, 9606, 9607, 9613, 9617, 9631, 9674, 9685, 9686, 9696, 9743, 9753, 9761, 9765, 9772, 9780, 9786, 9788, 9793, 9796, 9799, 9801, 9802, 9804, 9809, 9811, 9814, 9818, 9832, 9841, 9854, 9856, 9876, 9884, 9885, 9892, 9898, 9899, 9922, 9940, 9953, 9961, 9964, 9968, 9975, 9982, 9990, 10.004, 10.008, 10.011, 10.024, 10.033, 10.056, 10.060, 10.069, 10.074, 10.076, 10.030, 10.084, 10.094, 10.095, 10.118, 10.121, 10.123, 10.32, 0.144, 10.149, 10.169, 10.176, 0.178, 10.191, 10.202, 10.1, 10.216, 10.242, 10.244, 10.252, 10.268, 10.275, 10.279, 10.290, 10.296, 10.302, 10.309, 10.321, 10.323, 10.349, 10.355, 10.359, 10.389, 10.394, 10.396, 10.400, 10.416, 10.424, 10.430, 10.41, 10.452, 10.470, 10.471, 10.473, 10.480, 10.484, 10.488, 10.492, 10.503, 10.505, 10.513, 10.523, 10.524, 10.538, 10.539, 10.541, 10.558, 10.572, 10.588, 10.603, 10.606, 10.609, 10.610, 10.618, 10.629, 10.638, 10.665, 10.667, 10.683, 10.705, 10.706, 10.736, 10.737, 10.742, 10.746, 10.756, 10.771, 10.772, 10.782, 10.791, 10.796, 10.798, 10.801, 10.802, 10.821, 10.829.

Secretaria da delegacia fiscal do thesouro federal no Estado do Espirito Santo, em 21 de fevereiro de 1910. —Euticiano da Silva Quintaes, segundo escripturario, servindo de secretario. (Continua).

De ordem do exmo. sr. dr. Mario de Menezes, juiz federal, presidente da junta de recursos, taço publico para conhecimento dos interessados, que nos termos do art. 34 n. I da lei n. 1.269 de 15 de novembro de 1904, se reunirá no dia 11 do corrente, ao meio dia, no edificio do governo municipal desta ci-

Edital de matricula

Instituto de Bellas Artes do Estado, creado por decreto de 11 de dezembro de 1906

Para conhecimento dos interessados faço publico que acha-se aberta a matricula deste instituto desta data á 31 do corrente, para os cursos de desenho e pintura.

Conforme dispõe o regulamento interno, serão admitidos alumnos de ambos os sexos, sendo o ensino gratuito e bem assim a distribuição do material necessario á aprendizagem de desenho. Os requerimentos, pedindo matricula para frequencia das aulas no anno de 1910, devem ser apresentados n'esta secretaria das 10 da manhã ás 3 da tarde, onde encontrarão o regulamento explicativo das obrigações dos alumnos, e premios que durante o anno serão conferidos.

—A quota da matricula é de 10\$000 (dez mil réis) por anno no acto da admissao e serão matriculados gratuitamente unicamente os candidatos que forem reconhecidos pauperrimos.

O horario das aulas é o seguinte: Moças.—1ª turma, ás segundas e quintas, das 9 ás 10. 2ª turma, ás segundas e quintas, das 4 1/2 ás 5 1/2. Rapazes.—1ª turma, ás terças e sextas, das 9 ás 10. 2ª turma, ás terças e sextas, das 4 1/2 ás 5 1/2.

Adultos.—A's segundas e terças, das 8 ás 9 do noite. O Instituto acha-se funcionando no edificio do congresso (andar superior do Diario da Manha) e os alumnos matriculados até 15 do corrente tomarão parte na exposição que será realisada nesta capital a 15 de novembro proximo.—Carlos Reis.

(29—3)

O dr. Mario de Menezes, juiz federal da secção do Espirito Santo, em exercicio pleno, na tórma da lei, etc, etc.

Faço saber aos que o presente edital virem, ou delle noticia tiverem, que tendo fallecido no reino da Italia, de onde é natural, o padre Angelo Passarelli, intestado sem herdeiros presentes, procedeu-se por este juizo a arrecadação dos bens deixados pelo mesmo, pelo que são convidadas os que se acharem com direito a sua successão, ou se julgarem credores do espolio a se habilitarem no praso de um anno a contar desta data. E para que chegue ao conhecimento de todos mandei lavrar o presente que será affixado no logar do costume e do qual se extrahirá copia para ser publicada pela imprensa, de accordo com as disposições da lei em vigor. Victoria, 18 de dezembro de 1909. Eu, Vicente João da Boamorte, escripturario, escrevi. —Mario de Menezes, secretario.

—Está contorme. —Vicente Boamorte.

SECRETARIA DO GOVERNO Faço publico a quem interessar possa, que o exmo. sr. dr. secretario do governo, por motivo de serviço, só poderá attender ás pessoas que o procurarem na secretaria, das 2 ás 3 horas da tarde, nos dias uteis, com excepção das quintas e sabados.

Secretaria do governo, em 15 de fevereiro de 1910.—F. J. Valentim Debiase, auxiliar e chefe de secção.

dade, a junta de recursos eleitoraes, a qual trabalhará ás terças e sextas-feiras de cada semana e funcionará durante o tempo necessario para a decisão de todos os recursos que forem apresentados. E para constar lavrei o presente que será affixado ás portas do edificio do governo municipal e do qual se extrahirá copia para ser publicado pela imprensa.

Victoria, 2 de março de 1910. —Vicente João da Boamorte, escripturario do juizo federal e secretario da junta. 3—1.

O dr. José Espindula Batalha Ribeiro, juiz de direito da primeira vara da comarca da Victoria, etc.

Faz saber a todos quanto o presente edital de praça com o praso de tres dias vi rem que no dia sete do corrente mez, ao meio dia, na porta do edificio do forum desta cidade, serão levados em praça publica de venda e arrematação por quem mais der e maior lanço offerecer, umamachina denominada Imberatriz avaliada por 4:000\$, um cylindro grande avaliado por 1:00\$000, um dito pequeno avaliado por 1:500\$, uma machina de forma circular denominada Gramma avaliada por 1:500\$000, vinte sete formas de latão de grossura resistente apropriadas para o fabrico de diferentes qualidades de massas avaliadas por cem mil réis cada uma, 2.700\$000, um moinho para café torrado avaliado por 400\$000, um torrador extragado para café avaliado por 50\$000, uma masseira ou tableiro de madeira para deposito de massas avaliado por 10\$000, um balcão de madeira para casa de commercio avaliado por 100\$000, uma armação (armarios) propria para casa de commercio avaliada por 200\$000, uma caldeira usada avaliada por 500\$000, pertencentes ao expolio da firma Dinelli Foratini & C.

na acção executiva que por devida lhes moveu Nicola Zagari & C. do Rio de Janeiro; cujos bens são levados a praça a requerimento do depositario dos referidos bens. E quem aos mesmos quizer lançar deverá comparecer á praça referida no dia, hora e logar designados; pelo que mandou lavrar o presente edital, que será affixado no logar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade da Victoria, aos 3 de março de 1910.—Eu, Simão Machado Bittencourt Mello, escripturario que escrevi. José Espindula Batalha Ribeiro. Assignado. E eu, Simão Machado Bittencourt Mello, escripturario que escrevi.—Confere, S. Bittencourt.

CAPITANIA DO PORTO De ordem do sr. capitão de corveta e do porto d'este Estado, faço saber que esta repartição, durante o mez de março, renovará licenças dos navios registados e das embarcações arroladas, dos estaleiros e officinas de construcções navaes, amarrações fixas e corpos fluctuantes.

Capitania do porto do Espirito Santo, em Victoria, 3 de Março de 1910.—Raul Marcondes do Amaral, 2º tenente secretario. 6—2.

ANNUNCIOS

QUERES evitar constipações e resfriados? fazel uzo com café ou leite de cognac de agrião e baunilha de J. Dantas & C. Rio de Janeiro.

Vende-se

Em boas condições um magnifico sobrado situado em um dos pontos mais commercias da cidade, ruas da Alfandega n. 31 e Duque de Caxias. Para ver e tratar, com José Ferreira Bento, hotel Internacional.

Accitam o patrocinio de quesequer causas perante as justicas federal e estadual. Escripatorios: -Quilanda, 55, Rio de Janeiro e Duque de Caxias, 34, sobrado - Victoria.

Grande refinação de assucar DE ALBERICO PESSOA -13 Praça Costa Pereira 13-

O proprietario d'esta acreditada refinação, chama a attenção da sua numerosa freguezia, desta capital e do interior, para a qualidade do seu producto actualmente, visto ser o melhor do mercado, bem assim, avisa que continúa vendendo por preço sem competidor em virtude de vantajosa compra que acaba de fazer. VICTORIA

VENDE-SE

Um piano Pleyel em perfeito estado, trata-se á rua 7 de Setembro n. 40. Victoria.

LYETOL GRANADO

(GRANULADO)

Indicado no rheumatismo gottoso, areias da bexica, calculos renaes e colicas nephriticas.

KOLA GRANULADA Glycero-Phosphatada DE GRANADO indicada na neurasthenia, phosphaturia e em todos os casos de organismo enfraquecido.

Atenção MAYER ROUBACH Joalheiro - Relojoeiro RUA D'ALFANDEGA N. 35 Acaba de receber directamente da America do Norte pelo vapor Corrientes um rico sortimento de relógios de parede em caixas artisticamente lavradas e esculpidas dando a data do mez. Preços de importador! Preços de importador que não permitem concorrência. E' DE APROVEITAR

Pós Rosado FERRUGINOSO Preparado unicamente para combater a OPILAÇÃO ANEMIA ETC. Unico depositario: Pharmacia Central - Victoria.

AMERICO RIBEIRO GOELHO BACHAREL ADVOCADO RUA PRIMEIRO DE MARÇO N. 14 VICTORIA

ARROZ EM CASCA Compra-se qualquer quantidade: A' tratar com A. Prado & C. nesta cidade e com Vivacqua & Irmão em Castello. O peor cego é aquelle que não quer ver a loja PRIMAVERA, á rua d'Alfandega n. 45. A' ella, pois!

Gabinete Dentario

DOMINGOS G. DA FONSECA

Perfeição nos trabalhos e duração garantida, e preços reduzidissimos e sem competidor. Os clientes encontrarão no seu gabinete um quadro com os preços correntes. Pode ser procurado das 8 da manhã ás 4 da tarde RUA GENERAL OSORIO, 52 Estado do Esp. Santo -- VICTORIA

MOVEIS E COLCHOARIA

FILIAL DA Casa Miranda DE CAMPOS

Mantém os mais vantajosos clubs de mobílias de estylo moderno, em prestações de 3\$000 e 5\$000 reis por semana, extracções pela loteria da Capital Federal. Rua da Alfandega n. 1.--VICTORIA O gerente - João Sibrinho dos Santos

GRANDE LOTERIA DA CAPITAL FEDERAL Extracção a 5 de março PREMIO MAIOR 200 CONTOS BILHETES EM OITAVOS A 1\$000 QUEM NÃO ARRISCA NÃO PETISCA Procurem habilitar-se no CAFÉ DO GLOBO

CASEMIRO GUIMARÃES & COMP. Completo e variado sortimento de Arreios, calçados, armas de fogo, malas Moveis austriacos e nacionaes Colxões, travesseiros, camas de ferro simples e com estrados de arame. Tapetes e cestas uma infinidade de artigos concernentes e indispensaveis ao uso domestico, aos srs. viajantes e caçadores. VENDEMOS POR PREÇOS OS MAIS VANTAJOSOS * 8--RUA DO COMMERCIO--8 * Deposito: Rua General Ozorio n. 17

The London & River Plate Bank, Limited FUNDADO 1862 Capital subscripto..... £ 2.000.000 Capital realisado..... £ 1.200.000 Fundo de reserva..... £ 1.300.000 ESCRIPTORIO PROVISORIO NESTA CIDADE Rua da Alfandega, n. 6 (Sobrado) CAIXA MATRIZ EM LONDRES Filiaes - Rio de Janeiro, S. Paulo, Santos, Bahia, Pernambuco, Pará Curitiba, Buenos Ayres, Rosario, Mendoza, Cordoba, Tucuman, Paraná, Concordia, Bahia Blanca, Barracas, Boca, Once, Montevideu, Paysandú, Salto, Valparaizo, Paris, Nova York (Agencia) AGENCIAS NO BRASIL Manaus, Maranhão, Ceará Maceió, Parahyba do Norte, Natal, Rio Grande do Sul, Pelotas e Porto Alegre Contas correntes abertas para FIRMAS COMMERCIAES E PRIVADAS Depositos acceitos a praso fixo ou com aviso de trinta dias Saques sobre o estrangeiro ao cambio do dia. Aceita remessas de dinheiro para as cidades principais do Brasil. EMISSÃO DE CARTAS DE CREDITO Executa encommendas de titulos de bolsa, occupando-se além disso de todos os demais negocios concernentes ao ramo bancario. Condições fornecidas mediante requisição do banco

Batatas superiores Kilo 240 - Vende Manoel Marques Patrocínio Praça do Mercado (ao lado do mar). AGUA, LUZ E EXGOTTO A casa GARANTIA - Estando aparelhada com um bom e completo sortimento de artigos para estes ramos de serviço, avisa aos seus numerosos freguezes que não se precipitem na escolha destas materias para installações, sem primeiro conhecerem a qualidade e os preços dos artigos que acaba de receber. Tendo mais um completo e variado sortimento de ferragens, cutelarias, tintas, oleos, móveis, louças, colchões e recebendo sempre sortimentos das superiores e barattissimas camas paulistas e etc., espera que o pessoal do bom gosto a visite. Rua 1º de Março 44 - Victoria - 13-11-909. Ayres Coelho & Silva.

FORMAS - chapeadas para o fabrico de calçado. A 36\$000 a dúzia, encontra-se no PAN-AMERICANO. - Le Rua da Alfandega - 27

AVISOS MARITIMOS Lloyd Brasileiro LINHA DO NORTE O PAQUETE SERGIPE Esperado do Rio de Janeiro no dia 6 seguirá depois da precisa demora para os portos do norte da Republica. O PAQUETE

MARANHÃO Esperado do norte da Republica, no dia 7 seguirá depois da precisa demora para o Rio de Janeiro. LINHA DE S. MATHEUS O PAQUETE ITAPEMIRIM Esperado de S. Matheus no dia 6, seguirá depois da precisa demora para Guarapary, Anchieta, Piuma, B. Itapemirim, Cabo Frio e Rio de Janeiro. Passagens, fretes e mais informações com o agente. João Alfredo Athayde

Empresa de Navegação Rio de Janeiro O PAQUETE Muquy Esperado do Rio de Janeiro e escalas no dia 6 de março, seguirá depois da conveniente demora para Caravellas, Bahia e Aracajú. Passagens, fretes e mais informações com os agentes. Mesquita & Silva

Empresa de Navegação Espírito Santo e Caravellas O PAQUETE Guanabara Esperado do Rio de Janeiro e escalas no dia 8 do corrente, seguirá depois da conveniente demora para Ponta d'Arcaia. Todas e quesequer informações com os agentes. Mesquita & Silva.

Companhia Comercio e Navegação O PAQUETE CANOÉ Esperado do Rio de Janeiro no dia 18 do corrente, segue depois da precisa demora neste porto para Bahia, Maceió, Recife, Ceará, Maranhão e Pará. Passagens, cargas e mais informações com o agente. Antenor Guimarães.

DIARIO DA MANHA

ORGÃO OFFICIAL

ANNO IV — Victoria, E. do Espirito Santo

Domingo 6 de Março de 1910 — NUM. 62



ACTOS OFFICIAES

Presidencia do Estado

DECRETO Nº 43

Dá regulamento aos diversos ramos da administração do Estado.

(Continuação)

§ 2º O requerimento de que trata este artigo deverá ser entregue ao protocollista para ser inscripto no livro proprio, recebendo o numero de ordem, pelo qual será distinguido nas repartições e, em seguida, ter o seu natural andamento.

O assumpto de cada requerimento, em extracto resumido, contendo toda a substancia do mesmo, o nome do requerente e o numero de ordem, que lhe houver sido dado, será publicado, quando o dito requerimento receber o primeiro despacho; os demais despachos serão publicados somente com o numero de ordem e o nome do requerente.

Art. 69. Serão igualmente dirigidas ao presidente do Estado, por intermedio da secretaria do governo, as requisições para o expediente dos departamentos do serviço publico.

Estas requisições constarão de uma nota, em que se declarem os objectos, datada e assignada pelos chefes dos departamentos.

Art. 70. Quando as requisições versarem sobre materias, livros e outros quaesquer objectos precisos para os serviços a cargo dos departamentos requisitantes, será feito o pedido por meio de nota minuciosa, contendo a relação dos objectos precisos, datada e assignada pelo chefe do departamento.

§ Unico. Exceptuam-se os casos em que o serviço tiver de ser feito por contracto, autorisado pelo presidente, contendo a clausula de fornecimento dos materias ou objectos necessarios; neste caso, as requisições deverão ser acompanhadas das bases estabelecidas pelo chefe do departamento, afim de, approvadas pelo presidente, serem objecto de contracto.

Art. 71. Todo o contracto que envolva despesas para o Estado, de valor superior a 1:000:000 e qualquer que seja o departamento a que se refira, será lavrado no contencioso do departamento de finanças, devendo, porém, as bases serem organisadas pelo departamento, a que immediatamente competir a fiscalisação, e approvadas pelo presidente do Estado, como dispõe o artigo antecedente.

Art. 72. O principio da concorrência deve servir de norma geral para os contractos de quaesquer serviços, preponderando, além da vantagem da proposta, a idoneidade do concorrente.

Art. 73. Os subsidios em geral e os vencimentos dos funcionarios, serão pagos pela directoria de finanças, em dia previamente designado, mediante folhas que lhe forem enviadas pelo chefe do respectivo departamento; os demais pagamentos referentes a qualquer despesa, serão feitos, de preferencia, na directoria de finanças e nos dias de 5 a 20 de cada mez.

Art. 74. A remessa, a troca e o encaminhamento de papeis entre os diversos departamentos do serviço publico serão feitos por meio de cargas em livros para esse fim destinados, ficando abolido, tanto quanto possivel, o regimen de officios.

Art. 75. O almoxarifado geral é destinado a fornecer os materias, de qualquer natureza, necessarios aos serviços publicos, bem como a guardar e armazenar os materias e outros objectos adquiridos pelo governo para serem empregados em obras e outros serviços do Estado.

Art. 76. Todos os chefes de departamento apresentarão ao presidente do Estado, até o dia 30 de julho de cada anno, um relatório circunstanciado dos trabalhos a seu cargo.

Art. 77. Os favores concedidos por este regulamento aos funcionarios administrativos serão extensivos a qualquer classe de funcionarios.

Art. 78. Os serventuarios do Estado podem ser effectivos, interinos, ou em comissão. Os effectivos são os que exercem funções publicas com caracter permanente

Art. 79. Consideram-se interinos os serventuarios que substituirem, por determinado tempo, os proprietarios effectivos do cargo.

Art. 80. Os cargos cujos funcionarios estiverem sujeitos a livre demissão ou estiverem sujeitos a essa pena independente das normas e dos casos estabelecidos neste decreto, e isto por força da organização especial do respectivo serviço, serão para esse efeito considerados em todo o tempo como empregos de comissão ou de con-

fiança, embora exercidos effectivamente ou por funcionario vitalicio.

O seu exercicio será, portanto, regulado pelas leis especiaes de cada serviço, quer quanto ao provimento, acesso e vantagens, quer quanto a imposição das penas.

§ 1º As disposições deste decreto relativas ás licenças, aos vencimentos e ás substituições são extensivas a todos os funcionarios, qualquer que seja o modo de provimento, salvo, quanto ás substituições e vencimentos, as disposições correlativas consignadas em leis organicas.

Os interinos, porém, e os que exercerem cargos em comissão não têm direito a licença.

§ 2º Os cargos em comissão distinguem-se dos cargos de comissão; aquelles estão comprehendidos no systema normal da administração, embora o serviço não seja permanente por sua natureza. Os cargos de comissão são equiparados aos effectivos para todos os onus e vantagens, inclusive o pagamento de sello.

Art. 81. Salvo determinação prévia especial, o funcionario em comissão fóra da repartição terá direito a uma ajuda de custo de cinco mil réis por legua e, além dos seus vencimentos integraes, perceberá uma gratificação que deve ser arbitrada no acto da designação. Esta gratificação consistirá em acrescimo de vencimentos, no maximo, até o dobro.

Art. 82. Antes de entrar em exercicio, todo funcionario publico assignará em livro especial perante o secretario do governo ou a auctoridade que o nomear, termo de promessa de bem servir os seus cargos. Esses termos devem ser tambem assignados pela auctoridade perante quem fór lavrado e poderão ser assignados por procurador do nomeado.

Art. 83. As repartições do Estado funcionarão todos os dias uteis, das 10 horas da manhã ás 4 da tarde, podendo o expediente ser prorogado pelo respectivo chefe de departamento, sem direito a qualquer remuneração a mais.

§ 1º Para os professores prevalecem as disposições especiaes do departamento do ensino.

§ 2º Para empregados em conferencia fóra da repartição e para os guardas e fiscaes em geral o serviço começará das 6 as 7 horas da manhã e terminará das 5 as 6 da tarde, cumprindo ainda aos guardas e fiscaes as vigílias nocturnas a bordo dos navios em carga, á margem das barreiras ou em quaesquer outros pontos determinados pelo chefe respectivo, em salvaguarda dos interesses do Estado.

Art. 84. Para o effeito do disposto no art. antecedente, haverá na entrada das repartições, competentemente aberto, numerado e rubricado pelo respectivo chefe, o livro do ponto diario dos funcionarios, para ser por estes assignado ao entrarem para o serviço e ao se retirarem do mesmo. Por esse livro será organisada a folha mensal de pagamento dos funcionarios, de harmonia com o ponto e notas especiaes do departamento ou repartição.

§ 1º A não assignatura do funcionario no livro ponto importa em falta embora tenha elle comparecido ao trabalho na repartição. Os directores de departamentos, o procurador fiscal e o consultor juridico não estão sujeitos ao ponto.

§ 2º Para os departamentos do interior, de agricultura, terras e obras e de finanças, o livro de ponto será um só, a cargo do protocollista e aberto, numerado e rubricado pelo secretario do governo, devendo estar desde 9 1/2 horas da manhã na entrada destas repartições para ser assignado.

Independente do livro ponro geral de que trata o § antecedente, cada departamento terá, a juizo do director respectivo, o livro ponto especial para regularidade do seu serviço interno.

Art. 85. O reconhecimento dos consules, ou agentes consulares estrangeiros, será feito por decreto do presidente do Estado, logo que receba a competente comunicação do ministerio das relações exteriores.

Art. 86. Para os effectos do art. 3º deste regulamento, os decretos do poder executivo do corrente anno serão rovemente numerados e de accordo com o numero do ultimo decreto de 1909; a nova numeração será feita por decreto e obedecerá respectivamente a data de cada um.

Art. 87. São feriados, no Estado, além dos dias que o forem por lei federal, os dias 2 e 23 de maio, 12 de junho e 25 de dezembro.

Art. 88. O regimento interno de cada departamento, a distribuição e detalhes de serviço, a criação de livros e outros misteres da economia da repartição constituirão objecto da competência do respectivo chefe, entendendo-se esta disposição tambem ao gabinete do presidente. Para o serviço deste gabinete, o presidente do Estado requisitará, quando preciso, de qualquer departamento, os funcionarios necessarios, que ficarão, neste caso, subordinados ao official de gabinete, cujas ordens e instrucções, cumprirão sem direito a outras vantagens que não as dos seus respectivos empregos.

§ unico. O regimento interno do gabinete da presidencia dará as attribuições especiaes do pessoal, inclusive as do 1º continuo.

TITULO II

Do departamento do interior

CAPITULO UNICO

DA ORGANISAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 89. O departamento do interior abrange todos os serviços referentes a secretaria do governo e especialmente enunciados neste regulamento, bem como todos os que interessam a bibliotheca e archivo publicos, sob a direcção do secretario do Governo a que incumbe:

a) Estudar, preparar e informar todos os papeis sujeitos á decisão presidencial;

b) Lér perante o Congresso as mensagens e projectos do presidente;

c) Despachar todos os requerimentos de pedidos de certidões;

d) Minutar as necessarias respostas aos officios e comunicações dirigidas ao presidente do Estado;

e) Distribuir pelos diversos departamentos todos os papeis a esses relativos;

f) Dar expediente a todos os requerimentos e reclamações, antes de submettel-os a despacho final;

g) Referendar os decretos emanados do presidente, fazer publical-os, imprimir e correr;

h) Propôr ao presidente as nomeações e demissões dos funcionarios do departamento a seu cargo, quando não lhe competir fazel-as e conceder-lhes licença;

i) Impôr-lhes as penas de multa e suspensão;

j) Assignar com o funcionario recém-nomeado o respectivo termo de compromisso;

k) Assignar os termos de abertura e encerramento dos livros de expediente, numeral-os e rubrical-os, podendo para isso commisionar funcionarios do seu departamento;

l) Inspeccionar, dirigir e corrigir os trabalhos feitos sob suas ordens;

Art. 90. Além das attribuições enumeradas no art. antecedente e das que lhe são ou forem outorgadas por lei ou decreto, incumbe mais ao secretario do governo, como director da bibliotheca e archivo publicos:

a) Promover a remessa para o archivo de todos os documentos que neste devam ser recolhidos, reclamando-os officialmente;

b) Manter relações officiaes com os directores de estabelecimentos similares, existentes na Republica ou fóra della, e procurar obter delles, de quaesquer outros ou de particulares, pelos meios convenientes, originaes ou copias authenticas de documentos, livros, opusculos, mappaes, jornaes, etc., uteis ou necessarios ao archivo ou á bibliotheca;

c) Agradecer por si e em nome do governo as ofertas feitas ao archivo e bibliotheca e mandar publicar pela imprensa o nome do offertante e a qualidade da offerta;

d) Diligenciar, em summa, para que esses institutos preenham cabalmente os seus fins.

SECÇÃO I

DIRECTORIA DO INTERIOR

Art. 91. A directoria do interior, constituindo uma secção deste departamento, terá a seu cargo os serviços que dizem respeito aos actos e correspondência do presidente do Estado, á inscripção ou registro no protocollo geral, encaminhamento e preparo dos papeis sujeitos á sua decisão e se comporá dos seguintes funcionarios: um auxiliar, dous primeiros officiaes, dous segundos ditos, um protocollista, um primeiro continuo e um segundo dito.

Art. 92. Ao auxiliar do secretario do governo incumbe:

a) Distribuir e fiscalisar convenientemente os trabalhos incumbidos aos funcionarios da directoria do interior e representar contra elles ao secretario do governo;

b) Conferir as certidões fornecidas pela directoria;

c) Lavar os titulos de nomeação e os actos de demissão da competencia do presidente do Estado ou do secretario e, bem assim, os respectivos termos de compromisso e os de abertura e encerramento dos livros de expediente da repartição;

d) Organisar e assignar a folha mensal de pagamento a ella respectiva, attendendo ou não ás faltas abonadas e verificar a exactidão das contas de quaesquer despesas com objectos comprados e serviços pagos para o expediente da repartição;

e) Auxiliar ao secretario no cumprimento das suas attribuições, observando todas as determinações delle emanadas.

Telegramma recebido

ARACAJU, 5.—Presidente do Estado Espirito Santo.—Tenho grata satisfacao...

Prefeitura Municipal

DESPACHOS DO SR. PREFEITO

Dia 3.—N. 229. Machado & C.—Indefido, de accordo com o parecer do sr. procurador geral.

N. 331. Antonio Alves de Azevedo.—Indefido, de accordo com a informacao do sr. engenheiro.

N. 273. Manoel Ambrosio dos Santos, pedindo licenca para pintar, cair e fazer pequenos reparos em a sua casa na villa Robim, a rua dr. Araujo Aguirre.—A' 3.º secção.

N. 274. Carlos Reis, pedindo licenca para fazer o necessario adseio no predio a praça Pedro Palacios n. 11.—O mesmo despacho.

N. 275. José Lopes Freire, reclamando contra o lançamento de industrias e profissoes na importancia de 245\$000, sobre sua quitanda, a rua do Comercio n. 52 e pedindo relevacao de semelhante tributo, allegando que seu negocio ha pouco mais pode exceder do valor da importancia do lançamento.—A' 1.º secção.

N. 276. Hard, Rand & C., pedindo cancellamento do lançamento do imposto de industrias e profissoes na importancia de 200\$000 como negociantes de carne secca, allegando não importarem nem negociarem mais neste artigo.—O mesmo despacho.

N. 277. Melania Zambelle, recorrendo do lançamento do imposto de industrias e profissoes na importancia de 260\$000, e pedindo que seja feito uma revisao no alludido lançamento, por ter decrescido extraordinariamente o seu negocio e verificado desigualdade com relação a seus collegas.—Idem, idem.

N. 278. José Alexandrino de Abreu, communicando que transpassou o seu aqougue a praça do Mercado ao sr. Marcellino da Silva Carneiro, com todos os pertences e direitos, e pedindo baixa do lançamento feito em seu nome.—Idem, idem.

N. 279. Hilario Augusto Dias, pedindo licenca para mandar proceder a pintura na fachada de seu predio, a rua Muniz Freire n. 14.—A' 3.º secção.

N. 280. Ramos & C., pedindo relevacao do lançamento do imposto sobre seu deposito a rua D. de Caxias, n. 23, visto ser o mesmo unicamente para guardar suas mercadorias para o consumo em seu estabelecimento a mesma rua n. 15, por não ter este espaço necessario para deposital-as.—A' 1.º secção.

N. 281. Os mesmos, reclamando contra o lançamento do imposto de industrias e profissoes, relativo ao corrente anno, por acharem bastante elevada a taxa tributada sobre seu negocio a varejo e pedindo que seja equiparado o referido lançamento ao de outros estabelecimentos congeneres.—O mesmo despacho.

Inspectoria do Ensino

Dia 2. Circulares recebidas: —Do sr. dr. secretario do governo, de 26 de fevereiro p. findo, enviando uma pasta destinada a este departamento.—Accuse-se, agradecendo.

—Do sr. dr. Carlos Xavier de Paes Barreto, communicando que a 25 de fevereiro p. findo assumiu o exercicio das funcoes do cargo de director de viacao e obras publicas para o qual foi nomeado interinamente pela exma. presidencia do Estado.—Accuse-se, agradecendo.

—Do mesmo, fazendo identica communicacao do cargo de prefeito municipal.—Accuse-se, agradecendo.

Requerimento:—Da professora d. Odila Loreto, a fim de gosar a licenca concedida pelo exma presidencia do Estado para frequentar o curso da escola Normal, apresentando como sua substituta d. Izaltina Vieira Machado, pedindo approvaçao da inspectoria.—Aprovo.

Dia 3. Officio expedido:—N. 34 ao sr. director do collegio Diocesano do Cachoeiro de Itapemirim pedindo remetter a inspectoria a relação das alumnas matriculadas nesse collegio, indicando os que o foram por auctorisaçao do governo.

Outrosim remetter mensalmente uma exposiçao minuciosa das occurrencias verificadas no collegio e noticia circunstanciada de todo o seu movimento.

Dia 4. Requerimentos:—De d. Inah Werneck, pedindo attestar se esteve cursando a escola Normal durante o mez de fevereiro p. findo.—Attesto affirmativamente.

—D. Maria Pivante, idem, idem.—Identico despacho.

—Do professor Theophilo Paulino da Silveira, pedindo attestar se esteve em goso de ferias no mez de janeiro.—Attesto affirmativamente.

—Da professora d. Valdivia da Silva Santos, idem, se esteve no exercicio de seu cargo durante o mez de fevereiro ultimo.—Identico despacho.

—Do professor João Pereira de Barros, apresentando attestado de ter assumido a 21 de fevereiro p. findo o exercicio do seu cargo.—Visto.

—Do professor Francisco Aleixino de Almeida, apresentando attestado de fevereiro.—Visto. O requerente faltou 3 dias a escola, faltas que justifica.

—Da professora d. Senhorinha Maria de Alcantara Soares, idem.—Visto.

—D. Aurora Gonçalves Norbim, idem.—Visto.

—Do professor Ayres Ignacio Rodrigues, idem.—Visto.

—De Francisco Schneider Pinto, pedindo a exma. presidencia a concessao de uma matricula gratuita no gymnasio espirito santense.—Informaçao favoravel.

Chefia de policia

ORDEM DO DIA N. 15

Faço publico para conhecimento do corpo militar de policia e devida execucao o seguinte:

Excusa de serviço

Mando excluir do estado effectivo do mesmo corpo o soldado Antonio Bellarmino de Souza, a quem concedo baixa do serviço a bem da disciplina.

Chefia de policia do Estado do Espirito Santo, 4 de março de 1910.—O chefe de policia, Lafayette Rodrigues de Assis Valle.

RESOLUÇÃO N. 20

O chefe de policia do Estado, usando das attribuiçoes que por lei lhe são conferidas, resolve nomear para o cargo de delegado de policia do municipio do Alegre, que se acha vago, o sr. major Francisco de Paula Ribeiro Paiva.

Communique-se. Chefia de policia do Estado do Espirito Santo, 4 de março de 1910.—O chefe de policia, Lafayette Rodrigues de Assis Valle.

DESPACHOS

Dia 4.—Officio do delegado de policia do municipio de Santa Cruz.—Responda-se avisando ser impossivel attender ao que pede, visto não dispor o corpo de policia de maior numero de praças para augmento de destacamentos.

—Idem, idem de Benevente.—Requisite-se da directoria de finanças as precisas ordens.

—Idem, idem de Santa Cruz.—Officie-se communicando poder mandar receber nesta repartiçao a quantia despendida com o preso e praças.

—Idem, do commando do corpo militar de policia.—Requisite-se da directoria de finanças o pagamento da conta a que esta se refere.

—Idem, idem.—Lavre-se a ordem do dia excluindo.

—Idem, idem.—Officie-se ao exmo. sr. dr. juiz de direito para o seu conhecimento.

—Idem, do exmo. sr. dr. secretario do governo.—Ao respectivo encarregado para providenciar com brevidade, remetendo a esta chefia o competente mappa.

—Idem, do official encarregado do serviço maritimo.—Archive-se.

—Na mesma data, expediu-se dezoito officios a diversas auctoridades.

Balancetes Municipaes

BALANCETE DA RECEITA E DESPESA DO GOVERNO MUNICIPAL DA CIDADE DO ESPIRITO SANTO RELATIVO AO MEZ DE FEVEREIRO DE 1910.

Receita

Table with 2 columns: Description and Amount. Includes Saldo verificado em 31 de janeiro, Recebido de imposto sobre sepulturas, etc.

Despesa

Table with 2 columns: Description and Amount. Includes Importancia paga aos srs. Rufino Azevedo, Alexandrino Caldeira, etc.

Idem da folha de vencimentos dos empregados deste governo, referente ao mez de janeiro findo, doc. n. 9.

Idem a Christino Vieira e José Cajueiro de pequenos serviços feitos na casa deste governo conforme docs. ns. 2 e 13.

Idem a Manoel Hypolito de Miranda de um par de dobradissas que forneceu para este governo conforme doc. n. 12.

Saldo verificado em 28 de fevereiro no caixa do corrente exercicio de 1910.

Thesouraria do governo municipal da cidade do Espirito Santo, em 3 de março de 1910.—O thesoureiro, Adolphino da Silva Laranja.

TELEGRAMMAS

Serviço especial do "Diario da Manha"

INTERIOR

RIO, 5.

Telegrapham de Norfolk que o Minas Geraes nauqueou ás 8 horas da manhã quando elle portou...

RIO, 5.

De Matto Grosso enviam noticias de que o capitão-tenente Osman Gutierrez suicidou-se.

RIO, 5.

Com destino a Uberaba partiu um trem especial levando duzentas praças do exercito.

Diz-se que por motivo das eleições presidenciaes aquella cidade mineira está conflagrada.

RIO, 5.

A policia abriu inquerito sobre o facto de um capitalista interdittado que desaparecera, constando ser insinuado pelo curador que não quer prestar contas.

RIO, 5.

O sr. John Gordon conferenciou com o sr. ministro da fazenda sobre areias monasticas.

RIO, 5.

E' provavel que seja lançado em Paris um emprestimo para a construcção da ferro-via de Goyaz, antes do dia 20 do corrente.

RIO, 5.

O dr. Esmeraldino Bandeira declarou á reportagem que nenhuma noticia recebera sobre occurrencias de Uberaba e Piauhay.

RIO, 5.

Os jornaes dão o seguinte resultado das eleições: Gazeta, Hermes 191.358; Ruy 206.383; Patria, Hermes 323.472; Ruy 157.932; Jornal do Brasil, Hermes 318.736; Ruy 141.952; Correio Hermes, 182.861; Ruy 295.935; Imprensa Hermes, 258.823; Ruy 180.723; Folha do Dia Hermes 209.271; Ruy 139.826; Diario de Noticias Ruy 221.804; Hermes 173.229.

RIO, 5.

A força federal que seguia para Uberaba regressou de Rezende, visto o governo de Minas tel-a dispensada.

RIO, 5.

O senador Ruy Barbosa adiou a publicaçao do seu novo manifesto.

S. SALVADOR, 5.

Falleceu o veterano do Paraguay tenente Candido Borges de Barros.

PORTO-ALEGRE, 5.

O marechal Hermes seguiu para S. Gabriel e Pelotas.

O SR. PRESIDENTE DO ESTADO

O sr. dr. Jeronymo Monteiro assignou hontem varios decretos, despachando em seguida com o sr. secretario do governo grande numero de papeis.

Eleiçao Presidencial

Muniz Freire

PARA PRESIDENTE

Table with 2 columns: Name and Votes. Includes Hermes da Fonseca 232, Ruy Barbosa 80, Wenceslau Braz 232, Albuquerque Lins 80.

TOTAL CONHECIDO

PARA PRESIDENTE

Table with 2 columns: Name and Votes. Includes Hermes da Fonseca 7.833, Ruy Barbosa 658, Wenceslau Braz 7.815, Albuquerque Lins 573.

DISCUTAMOS

Outras foram as causas determinantes da violenta campanha movida contra o dr. Jeronymo Monteiro por motivo da transaçao por elle realisada com o Banco do Brasil.

O Estado accetando-a, lucrrou porque se viu desembaraçado de grande divida que poderia de um momento para outro ser exigida sem encontrar de prompto recursos para solvel-a e isto certamente havia do depôr dolorosamente contra os nossos creditos.

Mas aos adversarios do governo do sr. coronel Henrique Coutinho não convinha a soluçao que teve o caso e o motivo é facil de ser explicado.

Agradava-lhes a cobrança executiva da divida, facto esse que, a verificar-se, traria como consequencia forte abalo ao credito do Estado com incalculaveis difficuldades á administração, já a braços com toda a sorte de tropeços e embaraços, creados pelos valentes adversarios.

E' que além da exigencia de pagamento muitos e muitos outros incidentes ocorreriam, dando, quiza, ganho de causa aos agitadores nos seus planos delineados com argucia e visando o unico objectivo, que era a posse do governo.

Conhecido, porém, todo aquelle traçado, que não deixava de comprometter por completo os nossos creditos, (com o que, aliás, bem pouco se incommodou o sr. Muniz Freire, em todos os tempos, pois, já chegou a afirmar que o governo do Espirito Santo não tinha credito para 20\$000), o coronel Henrique Coutinho confiou ao dr. Jeronymo Monteiro o encargo de tratar da liquidaçao da divida do Estado para com o Banco do Brasil.

Investido dos necessarios poderes, o emissario do governo do nosso Estado, procurou com interesse tratar do assumpto, e, tendo já sido convidado um advogado para liquidar a referida divida, comprehendeu claramente a grande e urgente necessidade de evitar um tal desfecho nas relações commerciaes entre o Estado e o Banco.

Conseguiu vencendo innumeras e grandes difficuldades, attingir o fim desejado, arredando da administração a possibilidade de um vexame, que teria multiplos fins e consequencias funestas e sobremodo desastrosas.

Salvo o Estado da vergonha de uma cobrança affrontosa e falho o plano cuidadosamente concebido...era natural que, contra o encarregado da liquidaçao, surgissem os apodos e a calumnia, que podessem tismar o caracter daquelle que além do mais...poupou ao Espirito Santo a humilhaçao de uma execuçao affrontosa.

Foi, porém, baldado o ataque, porque esclarecido o facto como vimos fazendo não será difficil se comprehender a raiva occasionada então pelo modo distincto e correcto por que procedeu o emissario do coronel Henrique Coutinho e a sem razão das accusaçoes mais violentas e offensivas que soffreu. Perdida a esperança de voltar ao poder naquelles tempos era de bom aviso procurar inutilisar o cidadão que estava apontado para successor do governo Coutinho e esse plano foi adoptado afoitamente, aqui e no Rio de Janeiro, não produzindo entretanto os resultados desejados, visto como eleito o sr.

dr. Jeronymo Monteiro e desejando fazer uma politica de conciliaçao que trouxesse como consequencia o aproveitamento de todos os bons elementos, correram elles ao encontro da vontade do eminente patricio para mezes depois, sem uma causa justificada e a um simples aceno de seu chefe que se julgou desvalorizado pela falta de uma visita do chefe do executivo, abandonarem-n'o, irrogando-lhe as maiores injurias ao seu governo e ao seu caracter depois de terem entoado lóas e hymnos a esse mesmo governo e a esse mesmo caracter.

Todos os pontos deste artigo são incontestaveis, não os estamos inventando, para a justificaçao da causa que defendemos.

E elles já foram perfectamente explicados pelo sr. dr. Jeronymo Monteiro na sua mensagem apresentada ao congresso, em 1908, documento esse que teve larga circulaçao, merecendo do Estado os mais francos elogios.

Transcrevemos, apesar disso, o ponto referente á questao, para que mais uma vez o orgao adversario verifique o quanto de injusto é agora nas suas apreciações sempre que trata daquelle caso.

Eil-o:

« A liquidaçao do debito que tinhamos com o banco do Brasil foi um meio seguro para a soluçao de problemas de real proveito para o Estado. Proporcionou o pagamento de uma divida, já vencida, de 2.298 contos de réis, de juros de 8%, acumulados semestralmente e garantida com a consignaçao especial de rendas de varias collectorias (donde o nome de divida hypothecaria), dando-se em pagamento 2.250 contos de réis, em apolices da divida publica interna, a juros de 6% e de 5%, resgataveis em prazo longo, sem nenhuma garantia especial.

Isto só bastaria para justificar a vantagem da transaçao. Entretanto, é bem que aqui se consignem factos que, declinados em outra occasiao, prejudicariam o credito do Estado e impossibilitariam a realisacao de outras operações, então em andamento.

E' que esta liquidaçao foi feita em quadra angustiosa para o Espirito Santo, porquanto foi effectuada quando, no nosso passivo, um numero consideravel de letras da terra, de titulos de divida, vencidos, e de varias letras protestadas, no Rio, por não pagamento, desabonavam o Estado; quando o atraso grande de nos serviços de nossas despesas ordinarias, repercutindo fóra dos nossos limites, pelas queixas dos prejudicados, demonstrava carencia de recursos do nosso erario; quando a vida politica do Estado atravessava periodo anormal de fortes luctas; quando o governo teve noticia de que os serviços de advogado haviam sido solicitados para a cobrança dessa divida; quando reconheceu que a presença de tão grave obrigaçao contrariava, fortemente, o bom exito de todas as operações financeiras entaboladas e augmentava o descredito do Estado, por deixar, em saliencia, que as rendas dalas em garantia ao credor hypothecario, sem sentimento deste, ainda que justificadamente, haviam tido outras applicaçoes. Estas declarações, a bem do credito e dos negocios do Esta-

DIARIO DA MANHA

ORGÃO OFFICIAL

ANNO IV — Victoria, E. do Espirito Santo

Segunda-feira, 7 de Março de 1910 — NUM. 63



ACTOS OFFICIAES

Presidencia do Estado

DECRETO Nº 43

Dá regulamento aos diversos ramos da administração do Estado.

(Continuação)

Art. 93. Aos officiaes da directoria do interior compete:

a) Substituir o auxiliar do director, nos seus impedimentos ou ausencia, pela ordem da sua categoria e antiguidade;

b) Fazer clara e correctamente a scripturação dos livros do expediente da repartição que lhes forem indicados, observando as normas e modelos adoptados;

c) Escrever os officios, cartas, portarias, editaes, avisos, etc., segundo as minutas que lhes forem apresentadas;

d) Extrahir com exactidão e nitidez as copias e certidões conferindo-as attentamente com o auxiliar do director;

e) Extractar toda a materia do expediente para ser publicada no jornal official, tendo sempre em attenção, o nome do petionario, o objecto dos requerimentos e o numero de ordem;

f) Desempenhar com promptidão e zelo os trabalhos que lhes forem distribuidos;

g) Prestar informações verbaes ou por escripto a respeito dos trabalhos a seu cargo.

h) Velar pela guarda e conservação dos papeis e livros que lhes forem confiados, sendo responsaveis por quaesquer extravios;

i) Expôr ao auxiliar do director quaesquer duvidas que encontrarem na execução do serviço;

j) Guardar a precisa reserva sobre os negocios, de que forem incumbidos ou tiverem conhecimento, em razão do seu cargo;

k) Cumprir todas as determinações do auxiliar do director.

Art. 94. Compete ao protocollista:

a) Ter sobre sua mesa, desde nove horas da manhã, competentemente aberto, para ser assignado, o livro do ponto diario dos funcionarios dos departamentos do interior, de finanças e de agricultura, terras e obras;

b) Enviar esse livro, um quarto de hora depois da prescripta para a entrada dos funcionarios, ao auxiliar do secretario do governo, para serem por este encerrados os pontos;

c) Fornecer diariamente aos respectivos directores um extracto do ponto relativo a cada uma das repartições;

d) Receber todos os requerimentos dirigidos ao governo do Estado, lançando nelles a data de sua entrada e o numero de ordem que lhes competir, e inscrevendo no «protocollo» ou «livro da porta»—o numero, data de entrada, nome do petionario, resumo do objecto e destino de cada um delles; remetel-os á repartição que se destinarem, por intermedio dos primeiros continuos respectivos, que deixarão sua assignatura nesse livro, na columna de «destino»;

e) Prestar informações verbaes ou por escripto a respeito dos trabalhos a seu cargo;

f) Velar pela guarda e conservação dos papeis e livros que lhes forem confiados, sendo responsavel por qualquer extravio;

g) Cumprir com promptidão e zelo as determinações do secretario do governo ou do seu auxiliar.

Art. 95. São obrigações dos primeiros continuos:

a) Abrir a repartição ás oito horas da manhã e fechar-a logo que cessem os trabalhos;

b) Cuidar na segurança e asseio e inspecionar o serviço dos segundos continuos;

c) Fazer o pedido dos objectos necessarios ao expediente e compral-os, depois da auctorisação do secretario, apresentando conta documentada da despeza ao auxiliar deste;

d) Ter sob sua guarda e responsabilidade os objectos para o expediente e asseio da repartição e as chaves das suas portas; inventariar toda a mobilia, utensilios e mais objectos nella existentes, cuidando na sua conservação. Desse inventario ficará uma copia em poder do auxiliar do director.

e) Expedir e receber todos os requerimentos, officios, cartas, etc., tomando nota em competente protocollo e entregando immediatamente, ao auxiliar do director os que houver recebido e aos primeiros continuos respectivos, os que houver de expedir, tudo mediante carga;

Pôr o «sello» nos papeis que dependerem dessa formalidade; impedir que entrem na repartição loucos, ebrios e garotos e que transponha a sala para o interior della qualquer pessoa que não tenha licença para isso;

f) Cumprir promptamente as ordens que receber dos seus superiores.

Art. 96. São obrigações dos segundos continuos:

a) Comparecer na repartição ás 8 horas da manhã e ahi se conservar até que cesse o trabalho diario (salvo ligeiras ausencias em serviço, por ordem dos seus superiores); espanar os livros, papeis e moveis e arrumar as mesas dos empregados, fornecendo-as do necessario para o expediente;

b) Acudir promptamente ao toque das campainhas na forma do regimento interno, para transmittir recados e papeis dentro da repartição ou cumprir dentro e fóra della as ordens que receber;

c) Auxiliar aos officiaes no arranjo de livros e papeis nos logares convenientes, na numeração e carimbamento de livros e documentos e no mais que elles reclamem para o bom andamento do serviço;

d) Velar zelosamente pela boa conservação dos livros, papeis e mais objectos existentes na repartição; ajudar o primeiro continuo no que for preciso, a seu pedido ou por ordem superior.

SECÇÃO II

BIBLIOTHECA E ARCHIVO PUBLICOS

Art. 97. A secção da bibliotheca e archivo publicos comprehenderá todos os serviços que possam interessar a boa guarda dos livros, documentos e papeis em geral que lhe forem confiados e referentes á nossa historia, tendo em vista tambem a aquisição de novos elementos, que permittam enriquecer as suas collecções.

Art. 98. Essa secção terá o seguinte pessoal; um bibliothecario archivista, um primeiro official, um segundo dito e um primeiro continuo.

Art. 99. Ao bibliothecario archivista compete:

a) Conservar, inventariar e classificar systematicamente, os documentos, livros e quaesquer papeis e objectos existentes no archivo e bibliotheca ou que forem sendo por elles recebidos, seguindo a ordem e o criterio ora adoptados e ouvindo, quando preciso, o secretario do governo.

b) Distribuir e fiscalisar convenientemente os trabalhos incumbidos aos funcionarios da sua repartição e representar contra elles ao secretario do governo;

c) Fazer ou mandar fazer a busca dos livros e documentos pedidos para consulta, por visitantes, nos termos do regimento interno da repartição, ou de que forem requeridas certidões ou copias authenticas, conferindo-as e encerrando as para serem authenticadas pelo secretario do governo;

d) Tomar nota em livro especial, remetendo-a logo ao secretario do governo, de qualquer documento ou indicação, que encontrar dentro ou fóra da repartição e que possa ser util á historia do Estado do Espirito Santo, exigindo que do mesmo modo procedam os officiaes;

e) Ministar aos officiaes normas e modelos para escripturarem os livros de expediente da repartição e tambem os precisos esclarecimentos sobre outras materias de serviço, solicitando a respeito instrucções do director, quando dellas necessitar;

f) Fazer registrar ou indicar nos livros competentes e com toda a clareza o recebimento e expedição da correspondencia, as offertas feitas, os livros e documentos por qualquer modo adquiridos;

g) Apresentar ao secretario do governo, até o dia 30 de junho de cada anno, uma «exposição» circunstanciada do movimento dos trabalhos da repartição, lembrando as medidas ou providencias que julgar convenientes ao respectivo serviço, para serem tomadas pelo secretario na consideração que merecerem, no seu relatorio annual.

h) Ter sob sua guarda e responsabilidade os livros, papeis, etc., existentes na repartição.

i) Organisar e assignar a folha mensal de pagamento a ella respectiva, attendendo ás faltas abonadas ou não e verificar a exactidão das contas e quaesquer despezas com objectos comprados e serviços pagos para o expediente da repartição;

j) Minutar toda a correspondencia para ser escripta pelos officiaes; mandar lavrar os termos que ao secretario compete assignar, subscrevel-os e, em nome do mesmo, assignar os editaes e avisos que devam ser publicados;

k) Cumprir todas as determinações do secretario do Governo.

Art. 100. Os officiaes do archivo e bibliotheca terão as obrigações enumeradas no art. 93 deste regulamento.

§ unico. Ao official designado pelo bibliothecario archivista para servir na bibliotheca, compete mais:

a) Ministar aos consultantes na sala da bibliotheca os livros e documentos que pedirem, pelo modo por que for especificado no regimento interno;

b) Proceder á verificação dos livros e mais papeis remetidos para a bibliotheca e collocal-os nos devidos logares, depois de feitos os precisos assentamentos e registros nos livros competentes.

Art. 101. As obrigações do 1º continuo são as enumeradas no art. 95 do presente regulamento.

TITULO III

Do departamento de agricultura, terras e obras

CAPITULO I

DA ORGANISAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 102. Todos os negocios concernentes á agricultura, colonisação, terras, viação e obras publicas do Estado ficarão a cargo de um só departamento, que se comporá de um director e de um auxiliar, um primeiro official, dous segundos ditos, um desenhista, um almoxarife e um segundo continuo, além do pessoal das commissões de terras, fazendas-modelo, hospedaria de imigrantes, nucleos coloniaes do Estado e outros quaesquer serviços que lhe sejam ou venham a ser subordinados.

Art. 103. O departamento de agricultura, terras e obras ficará a cargo de um director, a quem incumbe:

a) Dirigir, promover e fiscalisar todo o serviço do seu departamento, inteirando-se dos negocios respectivos, de modo a poder providenciar de prompto sobre qualquer necessidade attinente ao interesse publico;

b) Estudar, preparar e informar todos os papeis referentes aos serviços do seu departamento, sujeitos á sua consideração e decidir os que lhe forem commettidos para esse fim.

c) Levantar planta de todas as obras, orçal-as, contractar ou dirigir, empreitar e fiscalisar sempre a sua execução;

d) Abrir concorrência e julgar das propostas que se apresentarem para quaesquer obras ou fornecimentos;

e) Velar pelo cumprimento dos contractos, representar ao Presidente sobre a sua inexecução, impôr as multas estabelecidas em suas clausulas; fazer todas as exigencias necessarias para a regularidade e perfeição das obras, quer quanto aos trabalhos de arte, quer quanto ao material, quer quanto aos planos e orçamentos;

f) Representar ao Presidente sobre a conveniencia de qualquer obra publica; transportar-se para qualquer ponto do Estado, onde os seus serviços sejam necessarios;

g) Ordenar e inspecionar a medição, divisão, descrição e distribuição das terras devolutas do Estado; providenciar sobre sua conservação e sobre a das madeiras nellas existentes;

h) Dar parecer sobre todas as questões relativas á propriedade territorial, bem como sobre todos os pedidos de compras de terras devolutas; fiscalisar o cumprimento das obrigações que forem impostas nas concessões, levando ao conhecimento do governo do Estado as infracções que se verificarem;

i) Expedir titulos definitivos com a assignatura do presidente do Estado, convenientemente registrados em livro especial da repartição;

j) Promover o registro das terras possuidas e a conclusão da carta geral do Estado;

k) Promover a colonisação nacional e estrangeira, dirigindo e organisando o serviço de recepção, agasalho e expedição de imigrantes;

l) Dirigir e inspecionar as fazendas modelo, postos agronomicos e zootecnicos, promovendo o desenvolvimento da polycultura e da pecuaria, de accordo com a composição chimica do solo e as condições climatericas de cada zona;

m) Fiscalisar as estradas de ferro garantidas pelos cofres do Estado, bem como outras empresas subvencionadas, regulando o trafego, approvando os horarios, organisando as tarifas e processando as contas respectivas;

n) Propor ao presidente do Estado as nomeações e demissões dos funcionarios do seu departamento, que só por este devam ser nomeados ou demittidos; conceder-lhes licença e impor-lhes as penas da lei;

o) Assignar os termos de abertura e encerramento dos livros necessarios ao seu departamento, numeral-os e rubricar-os.

Art. 104. Ao auxiliar do director compete:

a) Representar o director na sua ausencia e substitui-o nos seus impedimentos;

b) Executar com promptidão os trabalhos technicos de organização de planos e orçamentos, de calculo de medições e de avaliações de terras, obras d'arte, excavações e aterros, de que o director o encarregar;

c) Dar parecer sobre propostas que forem apresentadas para quaesquer obras;

d) Fiscalisar com zelo e assiduidade a execução de quaesquer obras que se façam por conta do Estado, dentro ou fóra da Capital, representando ao director, sempre que alguma dellas não obedecer aos planos approvados ou ás condições estipuladas em contracto; emittir parecer sobre a sua acceitação e pagamento;

CORRESPONDENCIAS

CONCEIÇÃO DA BARRA

No regaço da paz descansa o povo deste municipio.

Isto, porém, tem dado lugar a que, em algumas noites, habilitados gatunos tenham abusado para penetrar em diversas casas de negocio.

Os factos tiveram inicio na vizinha cidade de S. Matheus como roubo praticado em casa do illustre coronel Domingos Rios.

O larapio com maestria, dizem que abriu a porta da rua e penetrou no gabinete, onde violou o armario e delle tirou a quantia 1:000\$000.

Muitos commentarios e duvidosas imputações se fizeram, sendo além disso consultadas as melhores resadeiras e o facto ia se tornando serio, mas afinal, tudo deu em agua de barrella, porque tudo quanto se fez, tudo quanto se disse, tudo ficou por isso mesmo.

Dahi o gajo passou para Itaúnas, onde em principio de janeiro ultimo visitou a casa do acreditado commerciante Bel-larmino Ferreira.

O feliz gatuno, dizem que escalou o telhado de uma casa contigua até a janella do oitão do sobrado e dahi desceu a escada até o pavimento terreo de onde passou para o compartimento do negocio, violando uma gaveta com 300\$000.

Em fim de janeiro passou a esta cidade onde visitou os estabelecimentos dos srs. França & Machado e Oliveira & Serra, levando de cada um dos estabelecimentos algum dinheiro e diversos objectos.

Em Itaúnas ainda foi roubada a casa de uma pobre mulher, levando o gatuno uma moeda de ouro e alguns objectos tambem de ouro.

Tivemos no dia 6 a festa de S. Sebastião com regular concorrencia de feis.

O carnaval esteve frio resumindo-se em um baile de mascaras.

A junta do alistamento concluiu os seus trabalhos alistando 16 eleitores.

Fevereiro de 1910.

(Correspondente)

De Munich informamos Figaro de Paris que um douto italiano o professor Cerobatani, na Baviera enviado do Vaticano, construiu um aparelho de telegrafia sem fio que pôde trazer-se no bolso.

Tem a forma e as dimensões de um cronometro commum, completada a installação por uma bengala e um carrinho de fio.

Parece que são absolutamente notaveis os resultados até agora obtidos; e as auctoridades militares allemãs já cogitam na applicação de tal systema á telegrafia de campanha.

Os jornaes de Fortaleza, Ceará, noticiaram que em começo de abril será ali iustallada a agencia do «London Bank Windons», no pavimento terreo do palacete Guarany.

SECÇÃO LIVRE

PARATY camelia de J. Dantas & C. é o melhor que ha no mercado.

A' praça

Communicamos que nesta data organisamos uma sociedade commercial sob a razão de

Neffa, Irmão & C.ia

da qual faz parte: João Miguel, Alexandre Neffa e José Neffa, sendo este o unico que usará da firma ora organisada em successão á de João Miguel que gyrava nesta praça a rua do Commercio n. 10, com armazem de seccoos e molhados, onde esperam merecer a mesma confiança e preferença dispensada á firma extincta.

Neffa, Irmão & C.

PAUTA

para as mercadorias de exportação do E. do Espirito Santo a vigorar nos mezes de janeiro á março de 1910.

Table with columns: MERCADORIAS, UNIDADE, VALOR OFFICIAL, TAXA. Includes sections for Animas e seus productos, Vegetaes e seus productos, Madeiras, Mineraes e seus productos, and Productos industriaes.



Dr. José Bello de Amorim

Josephina Penna d'Amorim, dr. Joaquim Pires d'Amorim, Arthur Bello d'Amorim, Alcino Reis d'Amorim, Hercules Penna e mais parentes presentes e ausentes, commemorando o 7º dia do fallecimento do seu saudoso marido, filho, irmão, primo e cunhado — dr. José Bello d'Amorim — fazem celebrar missa ás 8 horas da manhã do dia 7 do corrente, na matriz de S. Thiago, em suffragio da sua alma, pelo que convidam as pessoas de sua amizade para assistir esse caridoso acto da nossa santa religião.

Canarios

Por motivo de mudança, vende-se uma linda colleção de magnificos canarios, bons creadores.

Rua Domingos Martins n. 13.

15-13

EDITAES

O dr. José Espindula Batalha Ribeiro, juiz de direito da primeira vara da comarca da Victoria, etc.

Faz saber a todos quanto o presente edital de praça com o praso de tres dias vi rem que no dia sete do corrente mez, ao meio dia, na porta do edificio do forum desta cidade, serão levados em praça publica de venda e arrematação por quem mais der e maior lanço offerecer, uma machina denominada Interatris avaliada por 4:000\$, um cylindro grande avaliado por 1:00\$000, um dito pequeno avaliado por 1:500\$, uma machina de forma circular denominada Gramma avaliada por 1:500\$000, vinte sete formas de latão de grossura resistente apropriadas para o fabrico de diferentes qualidades de massas avaliadas por cem mil réis cada uma, 2.700\$000, um moinho para café torrado avaliado por 400\$000, um torrador extragado para café avaliado por 50\$000, uma masseira ou taboleiro de madeira para deposito de massas avaliado por 10\$000, um balcão de madeira para casa de commercio avaliado por 100\$000, uma armação (armarios) propria para casa de commercio avaliada por 200\$000, uma caldeira usada avaliada por 500\$000, pertencentes ao expolio da firma Dinelli Foratini & C.º.

na acção executiva que por devida lhes moveu Nicola Zagari & C.º do Rio de Janeiro; cujos bens são levados a praça a requerimento do depositario dos referidos bens. E quem aos mesmos quizer lançar deverá comparecer á praça referida no dia, hora e lugar designados; pelo que mandou lavrar o presente edital, que será affixado no lugar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade da Victoria, aos 3 de março de 1910.—Eu, Simão Machado Bittencourt Mello, escrivão que escrevi. José Espindula Batalha Ribeiro. Assignado. E eu, Simão Machado Bittencourt Mello, escrivão que escrevi.—Confere, S. Bittencourt.

QUEREIS gozar boa saude? fazei uso das bebidas estimulantes e estomacaeas de J. Dantas & C. Rio de Janeiro, analizadas e approvadas pela dignissima directoria de hygiene Publica.

Dr. Antenor Benevides

Vaccina gratuitamente todos os dias das 6 ás 10 horas da manhã. Rua Domingos Martins, 20.

Club de moveis

Foi premiado no grande torneio de mobilia da casa Miranda & Irmão o n. 66 e no club de espelho cu de camas o n. 77.

QUEREIS do estomago? fazei uso do delicioso aperitivo Victoria de J. Dantas & C. Rio de Janeiro, e vereis como as melhoras se accentuam.

Directoria de finanças

De ordem do sr. director, aviso aos srs. interessados que os pagamentos desta repartição, a contar do dia 5 do corrente mez, serão effectuados das 11 horas ás 2 da tarde, improrogavelmente, obedecendo a seguinte tabella:

1º dia util

Presidencia do Estado, secretaria do interior, directoria de finanças, imprensa official, archivo e força publica.

2º dia util

Ministros da côrte de justiça, secretaria da côrte, deputados estadaues, secretaria do congresso, inspectorio de hygiene, chefatura e secretaria de policia e procuradoria geral do Estado.

3º dia util

Juizes de direito e promotor de justiça da capital, directoria de terras e obras, prefeito municipal e inspectorio do ensino publico.

4º dia util

Escola Normal e Modelo, grupo escolar, gymnasio e professorado primario da capital.

5º dia util

Professorado primario, juizes de direito e promotores de justiça do interior do Estado.

6º dia util

Inactivos e pensionistas do Estado.

O funcionario que deixar de comparecer no dia marcado pela tabella acima, sem motivo justificado, só poderá receber depois de effectuados todos os pagamentos.

Secretaria de finanças do Estado, 3 de março de 1910. —Edmundo Nascimento, secretario.

Edital de matricula

Instituto de Bellas Artes do Estado, creado por decreto de 11 de dezembro de 1909

Para conhecimento dos interessados faço publico que acha-se aberta a matricula deste instituto desta data á 31 do corrente, para os cursos de desenho e pintura.

Conforme dispõe o regulamento interno, serão admittidos alumnos de ambos os sexos, sendo o ensino gratuito e bem assim a distribuição do material necessario á aprendizagem de dezenho.

Os requerimentos, pedindo matricula para frequencia das aulas no anno de 1910, devem ser apresentados n'esta secretaria das 10 da manhã ás 3 da tarde, onde encontrarão o regulamento explicativo das obrigações dos alumnos, e premios que durante o anno ser-lhes-ão conferidos.

A quota da matricula é de 10\$000 (dez mil réis) por anno no acto da admissoão e serão matriculados gratuitamente unicamente os candidatos que forem reconhecidos pauperrimos.

O horario das aulas é o seguinte:

Moças.—1ª turma, ás segundas e quintas, das 9 ás 10. 2ª turma, ás segundas e quintas, das 4 1/2 ás 5 1/2.

Rapazes.—1ª turma, ás terças e sextas, das 9 ás 10. 2ª turma, ás terças e sextas, das 4 1/2 ás 5 1/2.

Adultos.—A's segundas e terças, das 8 ás 9 do noite.

O Instituto acha-se funcionando no edificio do congresso (andar superior do Diario da Manhã) e os alumnos matriculados até 15 do corrente tomarão parte na exposição que será realisada nesta capital a 15 de novembro proximo.—Carlos Reis.

(29-4)

ANNUNCIOS

QUEREIS ter bom apetite? fazei uso antes das refeições do delicioso aperitivo Victoria de J. Dantas & C. Rio de Janeiro.

Batatas superiores

Kilo 240—Vende Manoel Marques Patrocinio Praça do Mercado (ao lado do mar).

QUEREIS um bom refresco? Tomai o cognac de agrião e baunilha de J. Dantas & C. Rio de Janeiro, com agua e um pouco de assucar, e vereis que não há melhor.

FORMAS—chapeadas para o fabrico de calçado. A 36\$000 a duzia, encontra-se no PAN-AMERICANO. —Le Rua da Alfandega—27

AGUA, LUZ E EXGOTTO

A casa GARANTIA — Estando apparelhada com um bom e completo sortimento de artigos para estes ramos de serviço, avisa aos seus numerosos freguezes que não se precipitem na escolha destas materias para installações, sem primeiro conhecerem a qualidade e os preços dos artigos que acaba de receber.

Tendo mais um completo e variado sortimento de ferragens, cutelarias, tintas, oleos, moveis, louças, colchões e recebendo sempre sortimentos das superiores e barattissimas camas paulistas e etc., espera que o pessoal do bom gosto a visite.

Rua 1º de Março 44—Victoria —13-11-909.

Ayres Coelho & Silva.

AVISOS MARITIMOS

Lloyd Brasileiro

LINHA DO NORTE O PAQUETE

MARANHÃO

Esperado do norte da Republica, no dia 7 seguirá depois da precisa demora para o Rio de Janeiro.

Passagens, fretes e mais informações com o agente.

João Alfredo Athayde

Empresa de Navegação Espirito Santo e Caravellas O PAQUETE

Guanabara

Esperado do Rio de Janeiro e escalas no dia 8 do corrente, seguirá depois da conveniente demora para Ponta d'Areia. Todas e quaesquer informações com os agentes

Mesquita & Silva.

Companhia Commercio e Navegação O PAQUETE

CANOE

Esperado do Rio de Janeiro no dia 18 do corrente, segue depois da precisa demora neste porto para Bahia, Maceió, Recife, Ceará, Maranhão e Pará.

Passagens, cargas e mais informações com o agente.

Antenor Guimarães.

Hamburg - Sudamerikanische Dampfschiffahrt-Gesellschaft O PAQUETE

CORDOBA

Esperado de Hamburgo e escalas no dia 11 do corrente sahirá depois da precisa demora para Rio de Janeiro e Santos.

Passagens, fretes e mais informações com os agentes

Hard, Rand & C.

DIARIO DA MANHA

ORGÃO OFFICIAL

ANNO IV — Victoria, E. do Espirito Santo

Terça-feira, 8 de Março de 1910 — NUM. 64



ACTOS OFFICIAES

Presidencia do Estado

DECRETO Nº 43

Dá regulamento aos diversos ramos da administração do Estado.

(Continuação)

e) Examinar os mappas, plantas ou diagrammas dos terrenos medidos e demarcados nos districtos, ou quaesquer outros que forem remetidos á directoria, confrontando-os com os memoriaes que os acompanharem;

f) Assignar as folhas mensaes de pagamento dos funcionarios e dos diaristas da repartição e verificar a exactidão das contas de quaesquer despezas com objectos comprados e serviços pagos para o seu expediente.

g) Auxiliar ao director no cumprimento de todas as suas attribuições.

Art. 105 Compete ao primeiro official:

a) Distribuir e fiscalisar convenientemente os trabalhos incumbidos aos segundos officiaes, almoxarife e continuo;

b) Ter conhecimento do serviço administrativo da repartição em todo o seu complexo, para o effeito de poder ministrar com precisão e promptidão as informações que lhe forem pedidas pelo director, pelo seu auxiliar ou pelos particulares que desejarem comprar lotes de terras;

c) Organisar, sob as vistas do director ou do seu auxiliar, toda a escripturação que for relativa á medição, demarcação e venda das terras publicas e ás dividas dellas provenientes;

d) Encher ou mandar encher os titulos definitivos de terras para subirem á assignatura do presidente do Estado, de conformidade com os modelos adoptados pela repartição;

e) Continuar o registro das terras possuidas e das que forem sendo adquiridas, de conformidade com os modelos organisados;

f) Passar ou mandar passar as certidões relativas aos serviços do departamento;

g) Ter a seu cargo a correspondencia official da repartição e sob sua guarda os documentos, livros e mais objectos nella existentes;

h) Ministrar aos segundos officiaes normas e modelos para escripturarem os livros da repartição e tambem os precisos esclarecimentos sobre outras materias de serviço, solicitando do director as instrucções de que necessitar;

i) Mandar lavrar os termos que ao director compete assignar, subscrevê-los e, em nome do mesmo, assignar os editaes e avisos que devam ser publicados;

j) Cumprir e fazer cumprir com promptidão e zelo as ordens emanadas do director ou do seu auxiliar.

Art. 106 Compete ao desenhista:

a) Desenhar todos os planos projectados pelo director ou pelo seu auxiliar e collaborar com elles, quer nos serviços de escriptorio, quer nos de campo;

b) Tirar copia dos mappas e plantas topographicas dos diversos districtos, annotando os logares em que se forem effectuando medições e demarcações, com especificação das cessões e reservas feitas, empregando todo o cuidado de modo que haja a maior exactidão e clareza nesses trabalhos;

c) Zelar pela guarda e conservação dos instrumentos e material que lhe forem confiados, sendo responsavel pelo seu valor, si por negligencia se perderem ou estragarem;

d) Executar todos os trabalhos do expediente tecnico da repartição, de que fôr incumbido pelo director ou pelo seu auxiliar.

Art. 107. Aos segundos officiaes cumpre:

a) Substituir o primeiro nos seus impedimentos ou ausencia, pela ordem da sua antiguidade;

b) Fazer clara e correctamente a escripturação dos livros da repartição que lhes forem indicados, observando as norrias e modelos adoptados;

c) Escrever as portarias, officios, cartas, editaes, termos, avisos, etc., segundo as minutas que lhes forem apresentadas;

d) Extrahir com exactidão e nitidez as copias e certidões, conferindo-as attentamente com o primeiro official;

e) Extractar toda a materia do expediente para ser publicada no jornal official;

f) Prestar informações verbaes ou por escripto a respeito dos trabalhos a seu cargo;

g) Velar pela guarda e conservação dos papeis e li-

vros que lhes forem confiados, sendo responsaveis pelos extravios;

h) Expôr ao primeiro official quaesquer duvidas que encontrarem na execução do serviço;

i) Guardar a precisa reserva sobre os negocios de que forem incumbidos ou tiverem conhecimento em razão do seu cargo;

j) Desempenhar com promptidão e zelo os trabalhos que lhes forem distribuidos.

Art. 108. Cumpre ao almoxarife:

a) Ter a seu cargo e sob sua guarda o deposito dos materias de construcção ou outros quaesquer pertencentes ao Estado; conservá-lo na melhor ordem e asseio, para o effeito de poder cumprir com presteza as requisições do director e informar com segurança a sua quantidade e qualidade, sendo responsavel por quaesquer faltas que se verificarem;

b) Escripturnar em livro proprio, de seu punho, as entradas e saídas de materias, instrumentos e quaesquer outros objectos depositados no almoxarifado, com declaração da procedencia de uns e do destino dos outros;

c) Entregar, mediante auctorisação escripta do director, qualquer material ou instrumento; recolher, mediante guia da repartição, o que houver de ser depositado, devendo sempre fornecer e exigir recibos;

d) Apresentar mensalmente ao director uma nota circumstanciada do movimento de entradas e saídas de material.

Art. 109. São obrigações do continuo:

a) Comparecer á repartição ás 8 horas da manhã e ahi se conservar até que cesse o trabalho diario (salvo ligeiras ausencias, a serviço, por ordem dos seus superiores); espanar os livros, papeis e moveis e arrumar as mesas dos empregados, fornecendo-as do necessario para o expediente;

b) Pôr o «selo» nos papeis que dependam dessa formalidade; expedir e receber todos os requerimentos, officios, cartas, etc., tomando nota em competente protocolo e entregando a que houver recebido, ao primeiro official e a que houver de expedir, aos primeiros continuos respectivos, tudo mediante carga;

c) Acudir promptamente ao toque das campainhas, na forma do regimento interno, para transmitir recados e papeis dentro da repartição ou cumprir dentro ou fóra della as ordens que receber;

d) Auxiliar aos officiaes no arranjo de livros e papeis nos logares convenientes, na sua numeração e carimbamento e no mais que reclamem para o bom andamento do serviço;

e) Zelar pela boa conservação dos moveis, utensilios, livros, papeis e mais objectos existentes na repartição.

CAPITULO II

DO SERVIÇO DE TERRAS E COLONISAÇÃO

Art. 110. O serviço de terras e colonisação, de que trata a lei n. 637, de 20 de Dezembro de 1909, terá por fim zelar pelo dominio do Estado sobre as suas terras publicas, dividir e demarcar essas terras para serem vendidas aos que pretenderem cultural-as, preparar os elementos para a organisação de um cadastro territorial, separar o dominio publico do privado, reclamar o dominio do Estado quanto ás terras criminosamente possuidas, facilitar a legitimação das mesmas posses, curar da introdução, recepção e localisação de novos agentes de trabalho e velar pelo cumprimento das relações e obrigações reciprocas entre o Estado e seus agentes.

Art. 111. Este serviço incumbe ao departamento de agricultura, terras e obras, auxiliado por commissões districtaes e por encarregados de immigração.

CAPITULO III

DAS TERRAS DEVOLUTAS; RESERVAS

Art. 112. São terrenos devolutos estadoaes:

a) Os que não se acharem applicados a qualquer uso publico federal, estadual ou municipal;

b) Os que não tiverem sido concedidos pelo governo federal a companhia ou particular antes de 24 de febreiro de 1891;

c) Os que foram concedidos antes daquella epoca por contractos assentes em clausulas condicionaes e cujas condições não tiverem sido preenchidas no praso restrictamente estipulado, sem embargo de qualquer prorrogação anterior;

d) Os que não se acham no dominio particular por qualquer titulo legitimo classificado na lei n. 601, de 18 setembro de 1850 e seu respectivo regulamento;

e) Os de posses que, achando-se em poder de particulares, forem consideradas nullas ou tiverem cahido em commissão por falta de cumprimento do que foi estabelecido pela lei n. 601 e seu regulamento;

f) Os que concedidos por sesmarias ou outra forma, ha mais de vinte annos, não tiverem sido aproveitados com cultura effectiva até 1892, respeitadas os direitos adquiridos;

g) Os dos extinctos aldeamentos dos indios que não tiverem sido alienados ou não fizerem parte do patrimonio das respectivas municipalidades, nos termos do dec. n. 2672, de 20 de outubro de 1875;

h) Os que, concedidos por aforamento anteriormente á lei n. 601, pelas municipalidades, não tiverem sido medidos, demarcados e legitimados como era facultado por essa lei;

i) Os que concedidos, como lotes coloniaes, não forem pagos até 31 de dezembro de 1910.

Art. 113. Ficam reservadas:

a) As terras devolutas indispensaveis ás obras promovidas pela União, nos termos do art. 64 da Constituição Federal;

b) As que forem necessarias á fundação de nucleos coloniaes e cultivo das arvores florestaes para conservação dos mananciaes, regularidade das condições climatericas e outros serviços em prol do Estado;

c) As de que os municipios carecerem, até o maximo de 200 hectares, para fins de interesse geral.

CAPITULO IV

DAS POSSES LEGITIMAS

Art. 114. São posses legitimas:

a) As adquiridas por sesmarias ou outras concessões, desde que tenham sido aproveitadas com cultura effectiva e morada habitual anteriormente á lei n. 601, de 18 de setembro de 1850 e seu regulamento;

b) As que tiverem sido adquiridas por confirmação de sesmarias e outras concessões do governo federal;

c) As que houverem sido adquiridas por titulo passado pelas repartições publicas, de accordo com a lei n. 601, de 18 de setembro de 1850 e seu regulamento;

d) As que tiverem pago sisas antes de 30 de janeiro de 1854.

Art. 115. Os donos de posses legitimas, que confrontarem com terrenos devolutos, só as poderão discriminar por intermedio ou com assistencia do chefe da commissão de terras do districto, em que estiverem localizadas.

CAPITULO V

DA MEDIÇÃO, DEMARCAÇÃO E DISCRIMINAÇÃO

Art. 116. Nenhuma medição será effectuada sinão em virtude de despacho do presidente do Estado, lançado em petição do pretendente á aquisição de terras ou discriminação de posses.

Art. 117. As medições far-se-ão por conta do pretendente e por intermedio das commissões districtaes a que pertencerem, ao preço de 43 réis por metro corrente.

Art. 118. Nas medições em geral serão observadas as seguintes regras:

§ 1º Recebida e autuada a petição inicial com os documentos que a instruirem, o engenheiro do districto, com antecedencia no minimo de 15 dias, anunciará pelos meios mais efficazes ao seu alcance a medição a que tiver de proceder, convidando os proprietarios das terras confinantes ou encravadas no territorio, que tiver de ser discriminado, a exhibirem as provas do seu dominio ou posse, na audiencia que lhes será para isso designada. Dos documentos apresentados o engenheiro lhes dará recibo em forma de extracto.

§ 2º No dia, logar e hora designados, reunidos o engenheiro, o auxiliar e o escriptuario, lavrar-se-á o termo de affixação dos editaes e da notificação dos confrontantes, abrindo-se em seguida a audiencia; o engenheiro receberá os documentos, que os interessados tenham a offerer e os ouvirá, decidindo administrativamente os requerimentos que lhe forem apresentados.

§ 3º Nessa mesma audiencia serão nomeados tres peritos, para decidirem as duvidas e questões de facto que se suscitarem, um pelo requerente, outro pelo confrontante ou confrontantes presentes, que para esse fim se accordarão, prevalecendo o voto da maioria quando haja desaccordo, e o terceiro, que servirá de arbitro entre os dous, pelo engenheiro. Estes peritos só servirão, quando solicitados.

§ 4º Os confrontantes apresentarão nessa audiencia os titulos de sua propriedade e quaesquer outros documentos comprobatorios do seu dominio e por elles se guiará a delimitação da propriedade, sem attenção a pretensões fundadas em posses illegaes, em detrimento do Estado ou do posseiro, não sendo acceto, como parte na medição, o confrontante que não satisfizer o disposto na primeira parte deste paragrapho.

Decreto n. 47

Nomeia o sr. José Eurico Pinto Saldanha, redactor chefe do Diario da Manhã.

Decreto n. 48

Convoca extraordinariamente o congresso legislativo do Estado para o dia 21 do corrente.

Telegrammas recebidos Rio, 6.—Presidente do Estado, Victoria. Divulgado meu intuito iniciar catechese...

Inspectoria do Ensino

Dia 4.—De T. Moreira & C., solicitando providencias no sentido de lhes ser paga a importancia de rs. 222\$800...

já vencidos, a razão de 10\$000 mensaes, da casa de sua propriedade, em que funciona a escola da povoação Goiabeiras.

—Do professor Placidino Passos, communicando que a 25 de fevereiro ultimo assumiu o exercicio da cadeira da escola de Santa Leopoldina.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario. Sala das sessões, em 1º de fevereiro de 1910.

CONGRESSO LEGISLATIVO

37ª sessão ordinaria, em 6 de dezembro de 1909

PRESIDENCIA DO SR. DR. JULIO LEITE

(Continuação)

Art. 120. Concluida a apuração lavrar-se-á uma acta geral em que se mencionarão em resumo todas as occurrencias das actas parciais...

Art. 104. Dentro dos 30 dias que se seguirem a terminação da apuração, o congresso, por convocação extraordinaria...

Art. 105. Reunido o congresso presidente e vice-presidentes eleitos ou seus procuradores apresentarão á mesa os seus diplomas...

Art. 106. A comissão respectiva poderá requisitar qualquer documento e livro de eleição, quando encontrar duvidas...

Art. 107. No caso de contestação ao diploma do presidente ou dos vice-presidentes serão applicadas as mesmas disposições dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 114.

Art. 180. Votado o parecer e reconhecidos o presidente e vice-presidentes eleitos, serão elles proclamados e convidados para tomarem a respectiva posse...

Art. 109. O congresso funcionará o tempo que for necessario para o processo do reconhecimento.

Art. 110. Não tendo a junta de apuração de que trata o art. 89 realisado a apuração das eleições, o congresso legislativo se incumbirá da mesma apuração...

Art. 111. No primeiro anno de cada legislatura, dez dias antes da data constitucional da abertura do congresso...

Art. 112. O presidente convidará, então, para secretario os dois deputados diplomados que lhe parecerem mais moços e declarará installada a mesa provisoria do congresso.

Art. 113. Organizada a mesa, na forma do art. antecedente, cada um dos deputados entregará o seu diploma ao presidente...

Art. 14. Reunidos os deputados diplomados e organizada a relação de que trata o art. anterior, o presidente nomeará uma comissão de tres membros...

Art. 112. O presidente convidará, então, para secretario os dois deputados diplomados que lhe parecerem mais moços e declarará installada a mesa provisoria do congresso.

PODER JUDICIARIO

Côrte de Justiça

CONFRENCIA DO DIA 4 DE MARÇO DE 1910 Presidente, o sr. ministro Getulio Serrano; juiz semanario, o sr. ministro Ferreira Coelho;

PARTE ADMINISTRATIVA A córte resolveu mandar inserir em acta um voto de profundo pesar pelo fallecimento do dr. José Bello de Amorim, ex-procurador geral do Estado...

PARTE JUDICIARIA Distribuição Appellação civil n. 506, Benevente.—Appellantes, fiel José de Almeida e sua mulher; appellada d. Maria Martins.

Recurso crime n. 92, Itabaiana.—Recurrente, a justiça; recorridos, dr. Bento Augusto de Andrade, Alcebiades José Gomes, João Pio de Carylho e outros.

Appellação crime, n. 458, capital.— Appellante, Manoel Vicente Ferreira; appellada, a justiça; relator, o sr. ministro Barcímio Barreto; juizes revisores, os srs. ministros Gregorio Magno e Madeira de Freitas.

Appellação crime, n. 412, Itabaiana.— Appellante, Antonio Lopes da Rocha; appellados, Alvaros Marquês & C.; relator, o sr. ministro Ferreira Coelho; juizes revisores, os srs. ministros Barcímio Barreto e Gregorio Magno.

Dão provimento a appellação para condemnar, como condemnado, o appellante a parte do pedido, conforme sua propria confissão; unanimemente.

Dão provimento a appellação para condemnar, como condemnado, o appellante a parte do pedido, conforme sua propria confissão; unanimemente.

Municipio da C. Barra

Decreto n. 1 Concede ao Estado o auxilio de 15 % sobre os vencimentos dos professores primarios.

Art. 1º Fica concedido ao Estado o auxilio de 15 %, sobre os vencimentos dos professores primarios do Estado que funcionarem no municipio.

Art. 2º O presidente do governo municipal é auctorizado a fazer as operações de credito necessarias para a effectividade do respectivo pagamento á collectoria estadual do municipio.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario. Paço do governo municipal da cidade da Conceição da Barra, em 23 de fevereiro de 1910.

Balancetes Municipaes BALANCETE DA RECEITA E DESPESA DO GOVERNO MUNICIPAL DA CIDADE DE PAU GIGANTE, RELATIVO AO MEZ DE FEVEREIRO P. FINDO.

Table with columns for 'Receita' and 'Despesa'. Receitas include Saldo de janeiro, Recebido de licença, etc. Despesas include Pago reconstrução da cadeia, Villa, etc.

Municipio de S. Thereza

Decreto n. 2 Concede ao Estado o auxilio de 15 % sobre o pagamento de vencimentos aos professores publicos que tiverem exercicio no municipio.

Art. 1º O governo municipal obriga-se a concorrer com 15 % sobre as despesas feitas com os professores publicos estadaes que funcionarem no municipio.

Art. 2º Para este fim o presidente da municipalidade firmará contracto com o Estado sobre o numero de escolas no municipio, suas categorias e respectivas localidades.

Art. 3º O pagamento aos professores será feito na thesouraria do governo municipal, mediante attestado do delegado litterario local ou de quem suas vezes fizer.

Art. 4º Fica o presidente auctorizado a abrir o credito extraordinario necessario para tacs despesas no corrente exercicio.

DIARIO DA MANHA

ORGÃO OFFICIAL

ANNO IV — Victoria, E. do Espirito Santo

Quarta-feira, 9 de Março de 1910 — NUM. 65



ACTOS OFFICIAES

Presidencia do Estado

DECRETO Nº 43

Dá regulamento aos diversos ramos da administração do Estado.

(Continuação)

§ 5º Em seguida proceder-se-á á medição e demarcação, começando o trabalho pela verificação e rectificação da bussola e corrente metrica com declaração da declinação da agulha da séde do districto e pelo levantamento exacto da planta hydrographica e orographica do territorio, cravando-se marcos nas embocaduras dos mananciaes e nos pontos principaes das linhas de vertentes.

§ 6º Nesta planta será fixada a posição de todos os estabelecimentos encontrados e respectivo calculo das áreas effectivamente cultivadas ou utilizadas com quaes áreas bemfeitorias, bem como a situação das quedas d'agua ou corredeiras, das jazidas mineraes, das fontes thermaes, das pedreiras, etc.

§ 7º Tudo quanto occorrer na audiencia será escripto em um termo, que será assignado pelo engenheiro, auxiliar, peritos e interessados e, si o quizerem, os assistentes.

Art. 119. Quando nas medições se apresentarem reclamações de proprietarios allegando invasão de seus terrenos, os chefes de comissão farão suspender os trabalhos para tomar conhecimento das provas em que se basearem as reclamações. Reconhecida a procedencia destas, serão rectificadas immediatamente as medições, de forma a não ser prejudicado o reclamante; no caso contrario, proseguirão os trabalhos, juntando-se por termo aos respectivos autos as reclamações ou protestos por escripto para serem apreciados pelo director do departamento de agricultura, terras e obras e julgados pelo presidente do Estado.

§ Unico. No caso de não concordar o reclamante com a decisão do presidente, fica-lhe salvo o direito de recorrer aos meios ordinarios.

Art. 120. No acto da medição, serão respeitadas os limites das concessões e possessões que nos termos da lei não estiverem incursas em commissão e se acharem no caso de ser legitimadas.

Art. 121. Quando no decurso da medição forem encontradas possessões nullas, cabidas em commissão ou criminosas, o chefe da comissão fará constar aos respectivos posseiros os favores que são concedidos, convidando-os a procederem á aquisição da propriedade pelos meios que a lei faculta e communicando essa occorrença ao director do departamento.

Art. 122. O processo de medição constará das seguintes peças, além da petição inicial e documentos que a instruirem:

- Copia do edital ou carta de intimação aos confrontantes, com a declaração de se acharem intimados;
- Termo de verificação de morada habitual e cultura effectiva, contendo o recenseamento da familia do posseiro;
- Termo de avaliação dos bens moveis, immoveis, e semoventes do posseiro;
- Termo de verificação e rectificação da bussola e corrente metrica;
- Termo da audiencia;
- Termo de encerramento da medição;
- Memorial e planta;
- Parecer do chefe do districto.

Art. 123. A planta da medição será construída na escala de 1:10.000 para as áreas até 50 hectares e na de 1:20.000 para as áreas maiores, e instruída com um memorial descriptivo em que se indicão os rumos seguidos, a aviventação dos rumos antigos, os accidentes encontrados, a composição geologica dos terrenos, as culturas e industrias existentes e as novas a que se possam adaptar e tudo, em summa, quanto possa concorrer para conhecimento cabal da propriedade e do seu valor.

Art. 124. O processo de medição e planta de cada medição será de 40\$000 para as áreas que não excederem de 50 hectares, de 70\$000 para as que não excederem de 200; dahi em diante cobrar-se-ão mais dez mil réis para cada 50 hectares ou fracção.

Art. 125. Logo que o processo esteja devidamente organizado, o chefe do districto expedirá guia para que o interessado recolha, na collectoria do municipio respectivo, a importancia do memorial e planta e das despesas com a medição, dentro do prazo de 30 dias.

Isto feito e junto ao processo o talão relativo a esse pagamento, remetterá os autos ao director do departamento que, depois de verificar a exactidão das contas, providenciará para o pagamento ao chefe do districto do que competir á commissão respectiva pelo trabalho effectuado.

Art. 126. Pagos pelo interessado os sellos, impostos, emolumentos ou outras quaesquer despesas devidas, o director emittirá nos autos o seu parecer e os fará conclusos ao presidente do Estado para a decisão final.

§ Unico. Approvada a medição, será expedido o titulo de propriedade, precedendo prova, que será junta aos autos, de haver sido recolhida á directoria de finanças a importancia do custo das terras.

Art. 127. As disposições deste capitulo devem ser tambem observadas, no que lhes forem applicaveis, em relação ás reservas de que trata o art. 113.

CAPITULO VI

DA VENDA E CONCESSÃO GRATUITA DE TERRAS DEVOLUTAS

Art. 128. Nenhum terreno estadual será concedido a não ser por titulo gratuito ou por titulo de venda, sendo um e outro subordinados ás seguintes condições:

- Medição e demarcação por conta do pretendente e por intermedio da commissão do districto a que pertencer;
- Limitação da area ao maximo de cincoenta hectares, salvo as condições dos arts 135, 137 e 138 deste regulamento.
- Reserva das fachas que se tornarem necessarias para estradas publicas;
- Reserva das aguas que se tornarem necessarias para serventia publica, mediante indemnização das bemfeitorias que a captação prejudicar;
- Reserva do que existir no sub solo como de propriedade plena e absoluta do Estado.

Art. 129. O preço das terras variará de 2\$000 a 10\$000 por hectares, constando as da primeira categoria o maximo da taxa, as de segunda 8\$000; as de terceira 6\$000; as de quarta 4\$000 e as de quinta 2\$000.

Art. 130. A classificação das terras, para o effecto da determinação do seu preço, será feita em cinco categorias, de accordo com a fertilidade, condições climatericas e hydrographicas, área aproveitavel, maior ou menor proximidade de vias de comunicação.

§ Unico. Esta classificação será feita e justificada pelo chefe do districto e submettida á apreciação do director, com recurso voluntario para o presidente do Estado.

Art. 131. Para obter a concessão de terras é mister que o pretendente seja agricultor ou que tenha o animo de fundar estabelecimento agricola.

§ 1º Essas condições não dependem de prova, mas serão declaradas em caducidade, sem indemnização alguma, as concessões cujos adquirentes não tiverem, no prazo de 10 annos, cultivado suas terras, não se comprehendendo como cultura as simples derrubadas e pastos, salvo, quanto a estes, o fim especial da concessão.

§ 2º No caso em que a cultura haja sido feita em parte, só se considerará valida a que abranger a área cultivada e mais outro tanto em matta virgem, salvo ao governo do Estado o direito de desapropriação desta ultima área, pelo preço por que houver sido adquirida e mais um valor de estimativa, que não excederá o mesmo preço.

Art. 132. Os pretendentes á concessão de terras, em geral, deverão juntar petição de que trata o art. 116 informação do chefe da respectiva commissão districtal sobre o numero de pessoas, que elles empregam ou podem empregar na lavoura, comprehendendo-se como taes os filhos maiores de 12 annos e menores de 21, os maiores de 21 que tiverem com o pae economia commum e os assalariados que estiverem ao seu serviço.

Deverá igualmente constar de suas informações, que o requerente não possui terras para lavar.

A falsidade destes attestados constituirá crime de prevaricação e levará á justiça commum o funcionario, que os der.

§ 1º Quando o requerente não cultivar a terra por si nem por pessoas de sua familia, mas por trabalhadores seus, deverá a informação versar sobre a situação pecuniaria do requerente e precisar o numero de trabalhadores que elle tem ou pode ter a salario.

Art. 133. Os posseiros de terras legitimas e aquelles que legitimarem suas possessões por força da lei n. 637 cit., estabelecidos com cultura effectiva e morada habitual, terão preferencia na compra dos terrenos devolutos, que lhes ficarem contiguos, até o maximo de 50 hectares, provando esses requisitos com o titulo de propriedade e com attestado do chefe do seu districto.

Art. 134. Os posseiros de terrenos devolutos invadidos até 31 de dezembro de 1908, seus herdeiros ou successores, desde que nelles existam bemfeitorias que demonstrem um empenho ou esforço do occupante em

pról da agricultura, são garantidos em suas possessões, salvo se deixarem de adquiril-as por compra ao Estado, até 31 de dezembro de 1910.

§ Unico. Tratando-se de invasões anteriores á época em que os terrenos devolutos da União passaram ao dominio do Estado, as regalias dos occupantes, seus herdeiros ou successores, se ampliarão até o direito de requererem o dobro da área cultivada, sem observancia do que dispõe da letra b) do art. 128 deste regulamento, mas sempre dentro do prazo estabelecido no art. antecedente.

Art. 135. Os terrenos das invasões a que se referem o art. e paragrapho antecedentes só poderão ser requeridos com attestado de auctoridades judiciarias ou policiaes do logar em que forem localizados, declarando ser o requerente o legitimo occupante, e sendo absolutamente indispensavel o reconhecimento das firmas do attestante e do requerente por tabellião e ainda ser informada pelo chefe da commissão de terras do districto, a que pertencer o terreno requerido.

Art. 136. O governo tambem poderá vender a quem se proponha fundar estabelecimentos para exploração agricola ou industrial terrenos em extensão maior do que o disposto no art. 128 letra b).

Art. 137. Essa venda só pode ser feita mediante as seguintes condições:

- Exposição detalhada por parte do comprador da applicação que vai dar ás terras pretendidas, de modo a habilitar o governo com o conhecimento exacto da natureza e da importancia da exploração;
- Prova de que dispõe dos meios indispensaveis á consecução do fim a que se propõe;
- Deposito previo de 10\$000 por hectare até 1000 hectares, de 15\$000 por hectare de mais de 1000 até 2000 hectares, de 20\$000 por hectare de mais de 2000 até 5000 hectares e d'ahi em diante de 25\$000 por hectare;
- Realização no prazo maximo de 5 annos da fundação do estabelecimento industrial ou agricola, nos termos da concessão.

§ 1º Esse deposito será levantado pelo concessionario se até o quinto anno da concessão estiverem cultivados os terrenos a que elle se referir.

§ 2º Findo esse prazo, se a condição constante deste artigo não tiver sido cumprida, haverá a reversão do deposito para o Estado, sem prejuizo da concessão.

Art. 138. O governo poderá ainda conceder gratuitamente terrenos para a fundação de nucleos coloniaes de 50 familias pelo menos e na razão de um lote de 20 a 50 hectares para cada familia, mediante as seguintes condições:

- O concessionario, seja individuo, sociedade ou syndicato, requererá a área necessaria ao nucleo que pretender fundar e a dividirá em lotes á sua custa, por intermedio do chefe do districto de terras a que pertencer ou por quem lhe convier com assistencia d'aquelle;
- Se a divisão dos lotes tiver de ser feita pelo chefe do districto de terras, deverá o concessionario caucionar, pelo menos, 75 % do valor combinado para tal servico na directoria de finanças e, se tiver de ser assistida por elle, a caução será do valor que fór combinado;
- Terminada a divisão dos lotes, poderá a caução ser levantada, desde que tenham sido attendidos os interesses do chefe do districto, em favor do qual reverterá a caução, se o servico se interromper por mais de um anno.
- Um anno depois de estarem movimentados e cuidados no nucleo os trabalhos de agricultura, pelo menos por metade das familias que constarem do contracto ou da concessão requerida, serão expedidos os titulos de propriedade como melhor convier ao concessionario, mas somente em relação aos lotes povoados, ficando os titulos dos outros lotes dependentes de seu povoamento.

Art. 139. Dentro das mesmas bases e condições do artigo antecedente, poderá haver concessão gratuita de terrenos nas zonas do norte e centro do Estado, em favor de quem se incumbir da catechese dos indios, que os habitarem e os aproveitarem em servicos agricolas, devendo a concessão ser de área sufficiente para a fundação de nucleo ou colonia de indios catechizados composto de vinte familias pelo menos.

Art. 140. Os que invadirem terrenos devolutos e nelles fizerem derrubada de mattas ou lhes puzerem fogo, ficarão para sempre impossibilitados de obter terrenos por concessão do Estado, qualquer que seja o logar onde os pretenderem, e nenhum direito terão ás bemfeitorias que porventura tiverem feito, ficando ainda sujeitos a despejo, a prisão por 2 a 6 mezes e á multa de 100\$000 a 200\$000, além da satisfacção de damno causado.

Art. 141. Os requerimentos de concessão de terras por titulo gratuito ou de venda serão dirigidos ao presidente do Estado e, depois de despachados por elle, serão enviados ao chefe da commissão respectiva para, de accordo com o pretendente, fazer a designação do lote ou lotes e proceder á medição, demarcação e discriminacão, bem como ao calculo do pagamento devido, voltando em seguida á directoria para se proceder na forma desse regulamento.

DIARIO DA MANHA

ORGÃO OFFICIAL

ANNO IV — Victoria, E. do Espirito Santo

Sexta-feira, 11 de Março de 1910 — NUM. 67



ACTOS OFFICIAES

Presidencia do Estado

DECRETO Nº 43

Dá regulamento aos diversos ramos da administração do Estado.

(Continuação)

Art. 168. Quando for substituído o chefe de um districto, este passará mediante inventario todos os instrumentos, material e archivo ao seu substituto, entrando immediatamente para os cofres do Estado com o custo daquelles, que durante a sua direcção no serviço do districto houverem desaparecido ou se inutilizado.

CAPITULO XI

DO REGISTRO DAS POSSES LEGITIMAS NÃO DISCRIMINADAS

Art. 169. As posses legítimas, que não foram ainda discriminadas e ás quaes se refere o art. 3º da lei n. 637, deverão ser registradas em livro especial e uniforme, que ficará a cargo do tabellião da sede de cada municipio, que pelo presidente do Estado for designado.

Art. 170. Para execução do disposto no artigo precedente, o governo fornecerá áquelle serventuario, isentos de impostos, livros abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo director do departamento de agricultura, terras e obras.

Art. 171. Do registro constarão com toda a clareza
a) o nome do possuidor, o logar, o districto e o municipio, em que a posse estiver localisada;
b) a área presumida da mesma posse;
c) as suas confrontações e caracteristicos;
d) a natureza do titulo, em que os direitos de posse se basearem.

Art. 172. O encarregado do registro perceberá para cada um que fizer:
2\$000, quando a área presumida da posse não exceder de 500 hectares;
3\$000, quando não exceder de 2.000 hectares;
4\$000, quando não exceder de 5.000 hectares;
5\$000, quando exceder deste ultimo limite.

Art. 173. Nenhuma discriminação poderá ser effectuada, sem que o titular de posse legítima apresente certidão do registro respectivo.

§ Unico. Essa certidão não pode ser, em hypothese alguma, supprida por outro documento, qualquer que elle seja.

Art. 174. As posses que não forem registradas dentro de 2 annos da vigencia da lei n. 637, só poderão ser discriminadas, pagando uma multa de quinhentos réis por hectare.

TABELLA á que se refere o art. n. 163, § unico deste Regulamento, para o pagamento ao pessoal dos districtos de terras.

PESSOAL	Porcentagem no custo das terras	Metragem	Memorias e plantas
Engenheiro chefe.....	5 %	23 réis	20 %
Ajudante e auxiliares.....	—	15 réis	15 %
Escriturarios.....	—	5 réis	10 %
Procurador districtal, quando effectuar a cobrança.....	10 %	—	—
Para expediente da directoria...	5 %	—	—

CAPITULO XII

DOS SERVIÇOS DAS FAZENDAS MODELO E OUTROS

Art. 175. O serviço das fazendas modelo, de que trata a lei n. 547, de 23 de novembro de 1908, terá por fim a instrucção agricola, o estudo das culturas e o desenvolvimento da pecuaria.

Art. 176. Haverá no Estado tres ou mais fazendas modelo, nos pontos que offerecerem, a juizo do governo, melhores condições para o fim que se tenha em vista, sendo o objectivo sempre a agricultura ou a pecuaria, conforme a zona for agricola ou pastoril.

Art. 177. A installação das fazendas modelo será subordinada a dois typos:

a) O typo A, que comprehenderá uma área nunca menor de dez alqueires de terreno e se destina á demonstração do manejo dos instrumentos aratorios, é limitado

aos trabalhos de campo inherentes á preparação da terra para cultura, sem machinas de beneficiamento de productos;

b) O typo B, que comprehenderá uma área nunca menor de 25 alqueires de terreno, aparelhado de pequenos machinismos movidos por tracção animal, conforme planta approvada e tem por fim a demonstração pratica de diversas culturas em ponto pequeno e o modo mais economico e util de sua transformação e aproveitamento.

Art. 178. As áreas destinadas para as fazendas-modelo deverão conter pelo menos dois alqueires (cerca de 10 hectares) de terras planas ou de suaves ondulações, de facil accesso aos instrumentos aratorios no caso de adopção do typo A, ou uma área correspondente a 4 alqueires no caso de adopção do typo B.

Art. 179. As fazendas modelo podem ser montadas e custeadas pelo Estado, exclusivamente, ou pelo Estado com o auxilio dos municipios.

§ unico. Nesta hypothese os governos municipaes que pretendam obter a criação de fazendas modelo nos respectivos municipios, deverão concorrer:

a) No caso da escolha do typo A, com as prestações, de 10 alqueires de terras, e de 3:000\$000, em dinheiro, de uma só vez, com uma casa e um paiol.

b) No caso de escolha do typo B com a prestação, em terra, de 25 alqueires de 4 hectares e 84 casas e dependencias necessarias e, em dinheiro, com a importancia julgada necessaria a criterio do governo.

Em qualquer das hypotheses figuradas, as terras deverão satisfazer as exigencias do art. 178.

Art. 180. As fazendas modelo serão administradas e custeadas pelo Estado directamente, pertencendo-lhe a propriedade e o respectivo rendimento.

Art. 181. Cada fazenda modelo será destinada a determinados generos de cultura, de conformidade com a natureza do seu solo e condições de clima.

Na região agricola predominará o ensino para o cultivo da terra, sendo o da criação puramente accessorio; na região pastoril predominará o ensino da pecuaria, sendo então accessorio o da agricultura propriamente.

Em cada fazenda modelo, sempre que seja possivel, o governo manterá:

a) Reprodutores bovinos de raças escolhidas, assim como reprodutores de outras especies de animaes que serão cedidos gratuitamente para a fecundação das femeas, trazidas para esse fim á fazenda;

b) Um stock das machinas na mesma fazenda empregadas, não só as aratorias como as de beneficiamento, as quaes serão cedidas, pelo preço do custo, a quem se proponha compral-as, desde que o comprador exhiba talão da entrada do preço respectivo na directoria de finanças do Estado ou na collectoria local ou mesa de rendas.

Art. 182. Do mesmo modo, as machinas a que se refere o artigo antecedente, poderão ser cedidas aos colonos localisados nas colonias visinhas á fazenda modelo, mediante pagamento, em prestações, como o preceituado para outros compradores, ou sob a garantia das colheitas do anno; para este fim, previamente avaliadas, as colheitas serão recebidas em especie, ao serem realisadas, pelo preço corrente dos respectivos productos na localidade.

Art. 183. As fazendas modelo, enviarão pessoal seu ás fazendas visinhas, para o fim de executar qualquer trabalho de amanho ou preparação do sólo, tomando taes trabalhos por empreitada, mediante remuneração previamente ajustada, ou a salario, de conformidade com os preços correntes de serviços similares na localidade.

Esses serviços, porém, só serão prestados, quando os interessados depositarem previamente, em qualquer das estações fiscaes, a importancia em que forem orçados ou a quota que for fixada.

Art. 184. As fazendas modelo receberão os trabalhadores que os fazendeiros do Estado lhes enviarem para aprendizagem do manejo daquelles instrumentos, não excedendo de 30 dias a sua permanencia nas referidas fazendas, dando-lhes, esta, morada e sustento, durante o maximo daquelle praso. O numero destes trabalhadores não poderá exceder de 5 pessoas nas fazendas do typo A; e de 10 nas do typo B. Os trabalhadores assim enviados ás fazendas modelo ficarão subordinados á ordem nellas observadas e tomarão parte em todos os seus trabalhos diarios, sob a direcção do mestre de cultura, que os expulsará da fazenda, quando se tornarem elementos de perturbação da disciplina do estabelecimento.

§ unico. Na hypothese de ter sido a fazenda modelo installada com o curso do governo municipal, serão admittidos, de preferencia, os trabalhadores, aprendizes, que forem apresentados ao estabelecimento pelo presidente da municipalidade que houver auxiliado a installação da fazenda.

Art. 185. Além da demonstração pratica dos trabalhos de campo a que se referem os artigos anteriores, as fazendas modelo tambem ministrarão a mesma instrucção pratica a moços que queiram habilitar-se para a profissão de mestre de cultura.

§ unico. Para este fim, as fazendas modelo receberão moços de conducta reconhecidamente morigerada, maiores de 18 annos de idade, os quaes terão residencia, alimentação e transporte ferro-viario, gratuitos, no caso de reconhecida pobreza. Estes moços tomarão parte nos serviços diarios da fazenda, durante o tempo necessario para que possam assistir e executar todas as operações relativas ás culturas em exploração na fazenda, desde o amanho dos terrenos até as colheitas e o preparo de seus productos, sendo instruidos ao mesmo tempo em todos os detalhes das culturas e da administração.

Art. 186. Findo o praso de aprendizagem, que é limitado a 10 mezes, os aprendizes serão submettidos a um exame, que versará sobre os diferentes trabalhos de campo com os respectivos instrumentos, e uma exposição succinta e verbal, por meio de perguntas e respostas, das regras que se devem observar na cultura das especies exploradas na fazenda, com o modo de plantação, as epochas proprias para as diferentes especies, o modo de extrumação, irrigação, capinas, colheitas, etc; e bem assim, com relação á administração, o modo de escripturação observado na fazenda e mais detalhes que tenham feito parte da sua aprendizagem.

Art. 187. Este exame, presidido pelo director de agricultura, terras e obras, será feito perante á directoria de agricultura, terras e obras, sendo examinadores o funcionario desse departamento designado pelo director e o mestre de agricultura da fazenda modelo, onde o examinando fez a sua aprendizagem.

Art. 188. O exame, a que se referem os artigos antecedentes, será prestado em uma só época do anno, no mez de junho, e nelle serão apuradas as habilitações dos aprendizes, não só quanto á sua pratica dos processos aratorios e culturaes ensinados, como quanto ao preparo pessoal de cada um em relação aos outros, de modo a serem escolhidos em cada turma os aprendizes mais habilitados e que tenham aproveitado inteiramente o ensino dado.

A cada um dos aprendizes assim escolhidos, o governo dará premios especiaes, sempre que seu comportamento durante todo o tempo de aprendizagem, nenhuma nota desfavoravel tenha recebido.

Art. 189. O numero de aprendizes será, no maximo, de 3, nas fazendas modelo do typo A; e de 7, nas do typo B.

Art. 190. Cada fazenda-modelo será administrada por um agriculor pratico, com a denominação de mestre de cultura e sob a superintendencia geral da directoria de agricultura, terras e obras. O mestre de cultura terá, para o trabalho da fazenda o necessario pessoal, que deverá ser contractado por elle, com approvação do director do departamento.

Art. 191. Só póde ser admittido para mestre de cultura o individuo que conheça a agricultura do paiz, os processos de agricultura aratoria e que os tenha praticado habitualmente e com successo por conta propria ou de terceiros, ou que os tenha aprendido, obtendo um certificado de mestre de cultura, em alguma das fazendas-modelo do Estado.

§ unico. Em caso de concurrencia, têm preferencia os habilitados pelas fazendas-modelo do Estado, que o provem com o respectivo certificado.

Art. 192. Ao mestre de agricultura cumpre:

a) A administração interna do estabelecimento, pelo que deverá dirigir e fazer executar todos os serviços da fazenda sob todos os seus aspectos e detalhes;

b) Ouvir os colonos, no caso de colonias annexas, provêr as suas necessidades e represental-os em todas as suas reclamações perante o governo;

c) Ministar aos aprendizes admittidos na fazenda, o ensino a que se refere o art. 181 deste regulamento.

d) Ter em seu poder as certidões dos documentos probatorios do dominio do immovel e de todos os bens pertencentes á fazenda, devendo ainda registrar em livro especial todos os bens moveis e semoventes a ella pertencentes, com a declaração do preço e data da sua aquisição; esse livro será aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo director de agricultura, terras e obras, não devendo conter borrões, rasuras ou entrelinha sem resalva.

e) Enviar, no dia primeiro de cada mez, as folhas de pagamento ao director de agricultura terras e obras, que providenciará sobre o pagamento.

Art. 193. Ao mestre de cultura incumbe mais manter uma escripturação detalhada, em forma de estatistica, em livros proprios, onde conste com exactidão:

a) O custo de cada serviço sob sua direcção especializando o custo por hectare, da lavra e da gradagem do roçado, do destocamento, da lavra e da gradagem dos terrenos; o de cada operação de que depende a produção, com a sementeira, as capinas e a colheita de cada especie cultivada na fazenda.

b) Ainda pela mesma unidade de superficie, a quantidade e preço da semente plantada, o numero de pessoas e dias empregados em cada operação, a produção de especie ou cultura.

DIARIO DA MANHA

ORGÃO OFFICIAL

ANNO IV — Victoria, E. do Espirito Santo

Sabbado, 12 de Março de 1910 — NUM. 68



ACTOS OFFICIAES

Presidencia do Estado

DECRETO Nº 43

Dá regulamento aos diversos ramos da administração do Estado.

(Continuação)

c) Por unidade de peso ou de medida (kilogrammo ou litro), conforme a natureza da especie, o custo da transformação, nas machinas da fazenda, dos productos nella beneficiados, verificada a proporção entre a materia prima e o producto respectivo.

d) Estudar e pôr em pratica todos os meios tendentes a promover o barateamento e augmento da produção, quando a fazenda fôr installada em centro de zona cafeeira.

Art. 194. O mestre de cultura remetterá mensalmente ao director do departamento de agricultura, terras e obras um boletim em forma de mappa com todas as especificações do artigo anterior.

Art. 195. Todos os demais serviços commettidos a este departamento serão especialmente regulamentados pelo presidente do Estado, a medida que forem sendo creados e de conformidade com as circumstancias do momento.

TITULO IV

Do departamento do serviço sanitario

CAPITULO I

DA ORGANISAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 196. Este departamento comprehende todos os serviços que dizem respeito á saude publica, no Estado, e ficará a cargo de um director, legalmente habilitado para o exercicio da medicina, com uma repartição central na Capital e delegados nas cidades e villas do Estado.

Art. 197. Ao director do serviço sanitario compete, como principaes obrigações:

a) Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento.

b) Dirigir, fiscalisar e distribuir o serviço do departamento a seu cargo, expedir ordens e instrucções aos delegados sanitarios.

c) Manter a ordem na repartição, fiscalizando o procedimento dos empregados, aos quaes poderá applicar as penas de sua competencia.

d) Prestar ao presidente do Estado todas as informações relativas á saude publica, reclamando as medidas que julgar necessarias, no caso de invasão de molestias infecto-contagiosas, ou para impedir-as.

e) Fazer o serviço clinico do hospital de isolamento e da indigencia nos casos de molestias epidemicas, na Capital, ou fóra.

f) Transportar-se para qualquer ponto do Estado, onde sua presença se tornar necessaria.

g) Exercer fiscalisação no que diz respeito ao exercicio da medicina e seus diversos ramos, podendo conceder ou negar licença para a installação de pharmacias, hospitaes particulares, casas de saude, maternidades e drogarias, nos termos deste regulamento e sempre para salvaguarda da saude publica.

h) Despachar o expediente da sua repartição, rubricar as contas de despezas e folhas de vencimentos dos empregados, remetendo-as á directoria de finanças.

i) Exercer vigilancia e policia sanitaria em tudo que mediata ou immediatamente influir sobre a saude publica.

j) Dirigir o serviço de vaccinação.

k) Organisar, dirigir e distribuir os soccorros de assistencia publica nas epochas epidemicas.

l) Exercer fiscalisação na Capital sobre as obras e empreendimentos, no que interessar a saude publica.

m) Proceder a todos os serviços de autopsia e de exames medicos legaes em geral reclamados pela auctoridade competente e dirigir os trabalhos de administração.

§ unico. Os encargos, de que trata a disposição da letra m) deste art., desaparecem deste que seja creado e provido o logar de medico legista.

Art. 198. Além dessas attribuições compete ainda ao director:

a) Visitar, fiscalisar e isolar o domicilio, onde se verificar caso de molestia infecto-contagiosa.

b) Ordenar as desinfecções e todas as medidas aconselhadas pela sciencia para circumscrever o caso.

c) Fixar a lotação dos hoteis, estalagens e outros estabelecimentos congeneres, prohibindo a habitação nos predios que offereçam más condições hygienicas, impedindo as agglomerações de locatarios ou inquilinos no mesmo predio, quando d'ahi possam resultar perigos para a saude publica.

d) Prohibir a venda de generos prejudiciaes á saude e baixar instrucções aos habitantes, fazendo lhes conhecer as regras de hygiene necessarias no caso, providenciando para que os domicilios pobres recebam da repartição sanitaria os recursos que garantam a pratica de suas recommendações.

Art. 199. A auctoridade sanitaria, em caso algum, poderá ser negada permissão para exercer fiscalisação nos domicilios particulares, estabelecimentos pios, hospitaes, casas de saude, collegios, afim de fazer as recommendações que julgar necessarias a bem da hygiene, podendo ella modificar o seu regimen e fechar mesmo essas habitações, desde que não satisfaçam as exigencias da boa hygiene ou insistam em não obedecer ás suas prescrições.

Art. 200. O director do serviço sanitario e seus auxiliares, pelos serviços que lhes forem commettidos, fóra da Capital, só perceberão ajuda de custo, sem direito a gratificação alguma.

§ Unico. No caso de impedimento do director ou do seu auxiliar, os serviços de que trata a letra m) do art. 197 ou outros que reclamem a intervenção de dois medicos serão feitos pelo que se achar desimpedido, auxiliado por outro medico, para tal fim nomeado pelo presidente do Estado.

SECÇÃO I

DIRECTORIA DO SERVIÇO SANITARIO

Art. 201. A directoria do serviço sanitario será a repartição central deste departamento, com os encargos ora enunciados, e se comporá de um auxiliar, legalmente habilitado para o exercicio da medicina, um official, um desinfector e um segundo continuo.

Art. 202. Ao auxiliar compete substituir o director nos seus impedimentos e auxiliá-lo nos serviços clinicos do lazareto e da indigencia, em casos epidemicos, e bem assim no cumprimento de todas as suas attribuições.

§ Unico. Ao auxiliar compete ainda o serviço clinico do corpo militar de policia e da penitenciaria, e auxiliar o director nos serviços de que trata a letra m) do art. 197, estando nestes incluídos os corpos de delicto, a verificação e o atestado de obitos sem assistencia medica.

Art. 203. Ao official compete:

a) Fazer toda a escripturação da secretaria e organizar o respectivo archivo.

b) Desempenhar todo o serviço administrativo que lhe fôr commettido pelo director, executando as suas determinações.

Art. 204. Ao desinfector incumbem proceder ás desinfecções ordenadas pelo director, esforçando-se para que sejam completas.

Art. 205. Ao segundo continuo competem as obrigações expressas no art. 96 do tit. II deste regulamento.

SECÇÃO II

DELEGACIAS

Art. 206. Em todas as cidades e villas do Estado haverá delegados do serviço sanitario, que serão os representantes do director deste departamento, com as seguintes attribuições.

a) Fazer cumprir as disposições deste regulamento, expedindo intimações, applicando multas e tomando outras providencias no interesse da saude publica.

b) Informar ao director dos factos importantes occorridos no serviço a seu cargo.

c) Propôr ao director as medidas sanitarias que julgar convenientes, nos casos de epidemias, ou para impedir-as.

d) Cumprir as ordens e instrucções, que lhes forem expedidas pelo director.

e) Proceder a visitas domiciliarias para o effeito de ordenar as desinfecções e remoções dos elementos prejudiciaes á saude publica, nos centros populosos, impedindo a habitação nos predios que offereçam más condições hygienicas e as agglomerações de pessoas no mesmo predio, quando dahi possa resultar perigos para a saude publica.

f) Prohibir a venda de certos generos que, pelo seu estado de conservação, possam prejudicar a saude publica, baixar instrucções aos habitantes, fazendo-os conhecerem as regras de hygiene e providenciando para que os domicilios pobres recebam da repartição sanitaria os recursos de garantir a pratica de suas recommendações.

Art. 207. Nas localidades, onde não existirem auctoridades sanitarias municipaes, os delegados terão, além das suas attribuições, todas as outras comprehendidas na alçada daquellas auctoridades.

Art. 208. Os delegados nenhum vencimento perceberão e serão nomeados, de preferencia, dentre pessoas legalmente habilitadas para o exercicio da medicina.

CAPITULO II

DO EXERCICIO DE MEDICINA, DA PHARMACIA E DA INDUSTRIA DE DROGAS

Art. 209. So é permittido o exercicio da medicina e dos seus ramos:

a) A's pessoas habilitadas por titulo conferido pelas facultades da Republica.

b) A's que, possuindo diplomas conferidos por academias estrangeiras, se habilitarem perante as academias nacionaes.

c) A's que, tendo sido ou sendo professores de Universidades ou escolas estrangeiras, oficialmente reconhecidas, requererem ao governo licença para o exercicio da profissão, apresentando documentos comprobatorios, devidamente authenticados pelo agente diplomatico da Republica ou do consul brasileiro.

Art. 209. As pessoas, que desejarem exercer a arte medica ou pharmaceutica no Estado, deverão apresentar na directoria do serviço sanitario, seus titulos e registro.

O registro consistirá na transcrição do titulo ou licença em livro especial, feito o que, o director do serviço sanitario lançará no verso do mesmo titulo ou licença o visto, indicará a folha do livro em que a transcrição tiver sido effectuada, datando e assignando.

Art. 210. A receita dos medicos deverá ser escripta em portuguez, com os nomes dos enfermos, doses dos medicamentos por extenso e data da prescrição.

Art. 211. A's parteiras é prohibido o tratamento medico ou cirurgico das molestias de senhoras e das creanças, salvo o uso de certos e determinados medicamentos para combater accidentes graves que ponham em risco a vida das parturientes ou dos recém-nascidos.

Art. 212. Aos dentistas é prohibida a applicação dos anestheticos geraes e a pratica das operações que exijam conhecimentos superiores e especiaes.

Art. 213. É prohibido o exercicio simultaneo da medicina e da pharmacia, podendo, entretanto, o medico estabelecido em lugar, onde não haja pharmacia, fornecer medicamentos aos seus clientes.

Art. 214. Nenhuma pharmacia poderá ser aberta ao publico, sem licença da directoria do serviço sanitario.

§ Unico. As licenças serão sempre pessoas e renovadas todas as vezes que a pharmacia mudar de proprietario.

Art. 215. Nenhuma pharmacia poderá deixar de ter um livro destinado ao registro das receitas aviadas, rubricado pela directoria do serviço sanitario, ficando o proprietario obrigado, sob pena de multa, a transcrever-lhe textualmente nos rotulos que acompanharem os vidros ou caixas de medicamentos, que indicarão ao mesmo tempo o lugar da residencia do pharmaceutico, o nome do medico que os prescreveu, modo de administração, se pertence ao uso interno ou externo.

Art. 216. Nenhum pharmaceutico poderá vender preparados em que entrem substancias toxicas, sem receita do medico.

Art. 217. Só as pharmacias ou as drogarias poderão vender medicamentos e drogas de qualquer natureza, salvo nas localidades do interior, onde, não havendo estabelecimentos proprios, as casas commerciaes poderão, mediante licença da directoria do serviço sanitario, vender os medicamentos do uso ordinario.

Art. 218. Nenhum pharmaceutico poderá alterar as formulas dos medicos, ficando-lhe reservado o direito de não aviar a receita que julgar perigosa ao doente; neste caso, o pharmaceutico deverá transcrever-a no livro proprio com a nota de não aviada, por ser perigosa, avisando ao medico do que occorre, para que proceda como de direito.

Art. 219. Nas localidades, onde não houver pharmacia dirigida por profissional diplomado e com registro na directoria do serviço sanitario, o director do serviço sanitario poderá conceder a um pratico licença para abrir pharmacia, debaixo das seguintes condições:

a) Attestados de tres medicos e tres pharmaceuticos, de que conta pratica de mais de dez annos.

b) Exame de habilitação perante a commissão da directoria do serviço sanitario, que se comporá sempre de um medico e um pharmaceutico, pagos pelo requerente, sob a presidencia do director.

c) Attestado do juiz de direito, do presidente do governo municipal e do delegado de policia, de que na localidade necessidade de uma pharmacia.

Requerida a licença, o director do serviço sanitario fará publicar por oito dias successivos, pela imprensa, á custa do requerente, o theor do requerimento, declarando que, se dentro do praso de trinta dias nenhum pharmaceutico se apresentar para fazê-lo, a licença será concedida.

DIARIO DA MANHA

ORGÃO OFFICIAL

ANNO IV — Victoria, E. do Espirito Santo

Domingo, 13 de Março de 1910 — NUM. 69



ACTOS OFFICIAES

Presidencia do Estado

DECRETO Nº 43

Dá regulamento aos diversos ramos da administração do Estado.

(Continuação)

Art. 221. As licenças aos praticos serão renovadas de dez em dez annos e só terão effeito para a localidade, onde o forem concedidas.

Art. 222. Todas as infracções dos preceitos, aqui estabelecidos para garantia e segurança do povo, serão punidos com as multas de 50\$ a 500\$000 réis.

Art. 223. Incurrerá nas mesmas penas todo o pharmaceutico que aviar receitas de medicos não reconhecidos pela directoria do serviço sanitario e das parteiras, embora tituladas, salvo no caso previsto no art. 211.

Art. 224. O medico, que em sua clinica verificar algum caso de molestia infecto-contagiosa, deverá dar immediatamente conhecimento á auctoridade sanitaria da localidade, sob pena de multa de 50\$000 a 200\$000.

§ Unico. Nas mesmas penas incorrerão os que directamente concorrerem para essa infracção.

Art. 225. Da imposição da multa lavar-se-á o respectivo auto, de que se intimará a parte.

CAPITULO III

GABINETE DE BACTERIOLOGIA E ANALYSES CHIMICAS

Art. 226. O gabinete de bacteriologia e analyses chimicas constituirá uma secção especial deste departamento, e terá por fim :

a) exames bacteriologicos e mais experiencias e observações relativas a esse processo de investigação cénica ;

b) analyses e pesquisas chimicas de liquidos organicos e substancias alimenticias, em geral.

Art. 227. Esses trabalhos serão executados sempre que o interesse publico o exigir e quando houver solicitação particular.

§ unico. Neste caso as despesas que se fizerem correrão por conta da parte interessada e obedecerão ás taxas fixadas em tabella especial, consignada no regimento interno do regulamento e approvada pelo presidente do Estado.

Art. 228. Logo que sejam installados esses gabinetes, o director do serviço sanitario expedirá o respectivo regimento interno, dispondo a ordem e natureza dos trabalhos, para os quaes será nomeado o pessoal necessario, se o existente no departamento fór julgado insufficiente.

TITULO V

Do departamento do ensino

CAPITULO I

DA ORGANISAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 229. Ao departamento do ensino ficam subordinados todos os serviços referentes á instrucção publica, no Estado, comprehendendo o ensino primario, secundario e secundario profissional.

Art. 230. O ensino primario será dado pelas escolas isoladas (diurnas e nocturnas), pelas escolas reunidas, grupos escolares, pelas escolas modelo e complementar annexas á escola normal e tambem pelas escolas particulares subvencionadas.

Art. 231. O ensino secundario será ministrado pelo gymnasio Espirito Santense equiparado ao gymnasio nacional e o secundario profissional pela escola normal, cuja funcção será preparar professores de ambos os sexos para as escolas primarias do Estado e pelos collegios particulares subvencionados.

Art. 232. O Estado se obriga na medida de suas forças, a ministrar o ensino publico primario, divulgando, amplamente, os methodos e processos do ensino moderno.

Art. 233. Este departamento é subordinado á direcção e inspecção do inspector geral do ensino, que accumulará as funcções de director da escola normal e das escolas modelo e complementar annexas e a quem compete :

a) Dirigir e inspecionar todos os serviços do de-

partamento, propondo ao gov'rno todas medidas referentes a instrucção e tendentes a melhorar a sua organisação ;

b) propôr ao governo a nomeação e demissão dos professores quando haja provada e absoluta conveniencia ;

c) presidir os concursos para o preenchimento de cadeiras vagas ;

d) fornecer attestados aos professores para percepção dos vencimentos e visar os que forem fornecidos pelos delegados litterarios.

e) representar officialmente as escolas normal, modelo e complementar annexas e dirigir tudo quanto a ellas se referir ;

f) abrir e encerrar diariamente o ponto do pessoal destas escolas ;

g) justificar até o numero de 3, mensalmente, as faltas do referido pessoal ;

h) impôr penas e instaurar processos disciplinares nos casos, que devam ser julgados pelo presidente do Estado ;

i) ordenar as despesas auctorizadas ;

j) contractar serventes e despedil-os, conforme convier ao serviço da escola ;

k) rubricar todos os livros de escripturação da escola ;

l) providenciar sobre as substituições dos impedidos, designando substitutos de modo a evitar, tanto quanto possivel, a interrupção dos trabalhos escolares.

m) tomar as medidas urgentes que não tiverem sido previstas por este regulamento, sujeitando-as á approvação do presidente do Estado ;

n) distribuir no fim de cada mez aos alumnos das escolas modelo e complementar os boletins, em que serão notificados os exames, as faltas, a approvação, o comportamento, o comparecimento tardio e a retirada dos alumnos, os quaes devem ser devolvidos com a assignatura dos paes, tutores ou responsaveis.

o) inspecionar as escolas e collegios, em geral, subvencionados ou não, o gymnasio espirito-santense, auctorizando ou não as matriculas dos alumnos, assistindo os respectivos exames, por si ou por delegado seu.

Art. 234. O inspector geral terá uma repartição central na capital, e os delegados litterarios nas cidades, villas e districtos do Estado.

SECÇÃO I

INSPECTORIA GERAL

Art. 235. A inspectoria geral do ensino, constituindo a repartição central deste departamento abrangerá tambem a directoria das escolas normal, modelo e complementar, annexas, e terá a seu cargo todos os serviços que dizem respeito a direcção, inspecção e fiscalisação do ensino e dessas escolas e se comporá dos seguintes funcionarios : um auxiliar, um primeiro official, um amanuense regente, dois inspectores escolares, um primeiro continuo-porteiro, um segundo continuo e dous serventes.

Art. 236. Ao auxiliar incumbem :

a) cumprir e fazer cumprir todas as ordens do inspector geral ;

b) secretaria, seu pessoal e serviços de escripturação da escola normal, modelo e complementar ;

c) receber, dirigir e fazer expedir toda a correspondencia official da inspectoria e escolas, de accordo com as instrucções do inspector geral ;

d) encaminhar, com as necessarias informações, todos os papeis que devam ser submettidos á decisão do inspector e da congregação ;

e) subscrever e assignar as actas dos concursos, dos exames e todos os termos que forem lavrados na secretaria ;

f) assignar os diplomas de habilitação, as certidões e editaes ou annuncios que devam ser publicados ;

g) fiscalisar o pagamento dos impostos ou emolumentos a que estejam sujeitos os titulos e papeis para submettel-os a assignatura do inspector geral ou entregar-os ás partes ;

h) abrir e encerrar o ponto do pessoal da secretaria, inclusive o porteiro e continuo das escolas ;

i) propôr ao inspector geral tudo quanto possa interessar ao serviço da secretaria ;

j) fazer a escripturação dos livros da escola normal ;

k) receber da directoria de finanças as importancias requisitadas pelo inspector geral para pagamento das despesas effectuadas com expediente, fazer pagamentos e prestar contas dos mesmos.

§ Unico. O auxiliar será substituido nos seus impedimentos pelo 1º official.

Art. 237. Ao 1º official incumbem :

a) executar as determinações do auxiliar e ter em dia o serviço que lhe fór confiado ;

b) executar os trabalhos de redacção determinados pelo auxiliar ;

c) passar certidões e lavar todos os termos e actas por determinação do auxiliar ;

d) fazer a escripturação dos livros da escola modelo e complementar.

§ Unico. Nos seus impedimentos o 1º official será substituido pelo amanuense,

Art. 238. Ao amanuense regente incumbem :

a) Velar pela boa ordem, disciplina da escola e auxiliar o inspector geral na vigilancia das alumnas da secção feminina da escola normal ;

b) executar todos os serviços, que lhe forem commettidos pelo auxiliar.

Art. 239. São attribuições dos inspectores escolares :

a) executar as ordens determinadas pelo inspector geral ;

b) entender-se com o inspector geral em tudo que diz respeito a instrucção publica ;

c) servir de vehiculo de propaganda dos methodos e processos modernos de ensino ;

d) zelar pelo restricto cumprimento de todas as leis e decretos relativos ao ensino.

Art. 240. Ao primeiro continuo-porteiro compete :

a) abrir com a necessaria antecedencia e fechar depois de concluidos os trabalhos do dia, as portas do estabelecimento ;

b) dirigir e fiscalisar os trabalhos dos continuos e serventes, sendo responsavel pelo edificio, mobilia e utensilios da secretaria e escolas ;

c) escripturar o « livro da porta », tendo-o sempre em dia e na melhor ordem ;

d) ter sob sua guarda o livro do ponto do pessoal das escolas ;

e) auxiliar a vigilancia dos alumnos ;

f) respeitar as recommendações dos professores e attender aos seus pedidos, quando esses não se afastarem das ordens do inspector geral ;

g) receber toda a correspondencia official e os papeis entregues pelas partes e delles fazer immediata apresentação ao auxiliar ;

h) adquirir, precedendo ordem do inspector geral, todos os objectos destinados ao serviço do estabelecimento ;

i) Velar pela manutenção interna do estabelecimento, chamando com urbanidade á ordem aos que della se afastarem, e levar os factos ao conhecimento do inspector geral, quando fór desattendido.

Art. 241. Aos continuos compete :

a) fazerem a chamada dos alumnos e notarem as faltas dos mesmos nas aulas ;

b) cumprirem as ordens dos lentes e professores nas aulas ;

c) levarem ao seu destino a correspondencia official da inspectoria ;

d) apresentarem á secretaria, mensalmente, nota das faltas dos alumnos ;

e) auxiliarem o porteiro na policia interna do estabelecimento e cumprirem todas as ordens do inspector geral e as que lhes forem transmittidas pelo auxiliar, relativas á ordem e á disciplina.

Art. 242. Ao servente incumbem executar todos os serviços, que lhes forem commettidos.

Art. 243. O porteiro, continuos e serventes não podem ser occupados em serviços extranhos ao estabelecimento, nas horas de expediente.

Art. 244. Para escripturação da secretaria e escola, além dos outros que se tornem necessarios, haverá os livros seguintes :

1 Da porta

1 Do ponto do pessoal da secretaria

1 Do ponto do pessoal docente da escola normal

1 Do ponto do pessoal docente da escola modelo e complementar

2 De matriculas no curso secundario

2 De matriculas da escola modelo e complementar

1 Registo de imposição de penas

1 De termos de inscripção para matricula no 1º anno da escola normal

1 De termos de inscripção para concurso.

1 De termos de compromissos

1 De actas e concursos

1 De registo de correspondencia do inspector geral

1 De registo de nomeações

1 De registo de licenças.

SECÇÃO II

DELEGACIAS LITTERARIAS

Art. 245. Em cada cidade, villa ou districto do interior do Estado haverá um delegado litterario, subordinado ao inspector geral do ensino e cujas attribuições são as seguintes :

a) cumprir as recommendações do inspector geral ;

b) fiscalisar assiduamente as escolas sob sua guarda ;

Directoria de Finanças

Dia 10. D. Candida Marques Peçanha Povoá.—Vá á contadoria para calcular, conferir e classificar.
—Miguel Maselli e José Augusto Vinhaes.—Ouvida a contaduria, pronuncie-se o sr. dr. procurador da fazenda
—Antenor Guimarães, Manoel Pinto Pimentel, Maximo Tebalde, Manoel Pinto Pimentel Junior, Antonio Julio Ferreira Alegria, Paulo Affonso Rodrigues, João Athayde, José Gomes Loreto e d. Margarida Beiriz de Oliveira.—Diga a contaduria.
Dia 11. Joaquim Luiz Alves Silva, dr. Olympio C. Lyrio, João Rosa Vieira Machado, João Pirolo, Maria José Gomes de Souza.—Diga a contaduria.
—Maria Ribeiro da Silva, em vista das informações prestadas, como requer.—Vá ao contencioso para os devidos fins.
—Martinho Gonçalves de Freitas.—Diga a contaduria, depois de pagos os sellos de folha.
—Pedro Cardoso.—Como requer. Restituam-se os documentos, pagos os emolumentos da lei.
—Antonio Julio Alegria Junior.—Indefido, em face das informações prestadas.
—Diogo Benitez Sanches.—Averbe-se. Restituam-se os documentos, pagos os emolumentos da lei.
—João Nunes Coelho.—Como requer. Vá a contaduria para mandar proceder ás devidas notas.
—Manoel Costa.—Como requer. Vá á contaduria para ser feita a averbação.
—Maria Nunes Barbosa do Nascimento.—Manifeste-se a contaduria, sendo depois ouvido o dr. procurador da fazenda.
—Antonio Brasileiro da Silva.—Concedo a prorrogação do prazo pedido para a fiança que poderá ser feita pelo requerente, depois da verificação de tomada de contas que está sendo procedida pelo contencioso.

Inspectoria do Ensino

REQUERIMENTOS
Dia 9.—Da professora d. Jacynta Ferreira de Souza, pedindo abonar-lhe as faltas de 1.º a 11 de fevereiro. Indefido.
—D. Jenny da Silva Quintaes, apresentando attestado de fevereiro.—Visto. Faltou 2 dias sem causa justa.
—Do professor Damaso de Aguiar Brandão, idem de seu substituto, do mez de fevereiro. Attesto afirmativamente.
—Do professor Manoel Pinto da Silva Mello, idem do mez de fevereiro.—Visto.
—Do professor Francisco Pereira dos Santos, idem, idem.—Visto. Faltou sem causa justa, dois dias.
—Do professor Therencio José da Rosa, pedindo á presidencia do Estado ordem para que lhe sejam pagos os vencimentos do seu cargo, pela mesa de rendas do Cachoeiro de Itapemirim.—Informação favoravel.
—Da professora d. Petronilha Antunes Vidigal, apresentando attestado de fevereiro.—Visto.
—Da professora d. Elvira Pereira Calmon de Aguiar, idem idem.—Visto.
—Antonio José Penha.—Apresente attestado da auctoridade competente.
Dia 11.—Do professor João Augusto de Lemos, apresentando attestado de janeiro.—Visto.
—Da professora d. Idalia Serant, idem de janeiro.—Visto.
—De Appario Soutinho de Alvarenga, idem.—Visto.
—De Annanias dos Santos Netto, idem.—Visto.
—De Augusto Monteiro de Souza Nogueira, idem.—Visto.
—De João Loyola Pereira Borges, idem.—Visto.
—De João Pereira Filho, idem.—Visto.
—De Virginio Pereira de Jesus, idem.—Visto.
—De d. Maria Camilla Rios Motta, idem.—Visto.
—De d. Elysa de Carvalho Pinto, idem.—Visto.
—De Manoel Francisco du Pin Calmon, idem.—Visto.
—De d. Adelaide Dias Gonnet, idem.—Visto.
—De d. Alzira Brasileira Cunha de Amorim, idem.—Visto.

Serviço Sanitario

OFFICIOS EXPEDIDOS
Dia 2 de março.—Ao sr. director de finanças do Estado, remetendo a folha de pagamento dos empregados desta directoria, relativa ao mez proximo findo.
Dia 4.—Ao exmo. sr. dr. presidente do Estado, comunicando ter o sr. dr. director do serviço sanitario findado ontem a missão que o levou ao municipio de Vianna, e encetada no dia 1.º de fevereiro proximo findo.
—Ao sr. dr. prefeito municipal, agradecendo—á circular de s. s., datada de 28 de fevereiro ultimo.
—Ao sr. director geral de saude publica do Rio de Janeiro, satisfazendo o pedido feito em officio da secção demographica dessa directoria, datado de 17 do mez proximo findo.
Dia 7.—Ao exmo. sr. dr. presidente do Estado, propondo o sr. Francisco José de Alvarenga Couto para exercer o cargo de delegado de hygiene de Nova Almeida.
Dia 8.—Ao mesmo exmo. sr., solicitando as necessarias ordens para ser entregue a esta directoria a importancia de trezentos e trinta mil réis, a fim de occorrer á diversas despesas feitas no hospital de S. José.
—Ao sr. presidente do governo municipal de Vianna, accusando e agradecendo o officio de s. exa., datado de 5 do corrente.
Dia 10.—Ao sr. dr. administrador dos correios deste Estado, comunicando-lhe que esta directoria nomeou os srs. drs. Antonio Gomes Aguirre e Julio Pereira Leite para comporem a commissão medica que tem de inspecionar o sr. official José Jeronymo Chaves, ás 11 horas do dia 14, em uma das salas desta repartição, em resposta ao officio de s. s. de 9 do andante.
—Ao sr. dr. Antonio Gomes Aguirre, comunicando-lhe que foi nomeado membro da commissão medica que tem de inspecionar o sr. José Jeronymo Chaves, official dos correios, ás 11 horas do dia 14 do corrente mez, em uma das salas desta directoria.
IDEMTICO ao sr. dr. Julio Pereira Leite.
OFFICIOS RECEBIDOS
Dia 2 de março.—Do exmo. sr. dr. prefeito municipal, de 28 do mez findo, communicando a esta directoria ter assumido as funções do cargo de prefeito municipal desta capital a 26 do mesmo mez.
Dia 7.—Do exmo. sr. presidente do governo municipal de Vianna, datado de 5 do corrente, em seu nome e no dos seus municipios, agradecendo sinceramente ao sr. dr. director do serviço sanitario a actividade, esforço e boa vontade que empregou no trabalho de debellar o mal de dysenteria que os ameaçava.
Dia 10.—Do sr. dr. administrador dos correios deste Estado, sob n. 55, de 9 do fluente mez, pedindo a esta directoria para nomear mais dous facultativos a fim de constituir a respectiva junta medica, marcando dia, hora e logar em que o sr. official dessa administração José Jeronymo Chaves deva comparecer, visto ter solicitado inspecção de saude, para o fim de aposentarse, allegando estar soffrendo de molestia incuravel, adquirida no serviço postal, impossibilitando-o de continuar a exercer as funções de seu cargo.
—Do sr. dr. secretario do governo do Estado, sob n. 1, de 9 do corrente, solicitando as necessarias providencias no sentido de ser enviado a essa secretaria um quadro estatístico dos nascimentos, casamentos e obitos, occorridos nesta capital durante o anno de 1909, para que possa o governo do Estado attender ao pedido que lhe fez a inspectoría de saude do porto deste Estado.
INTIMAÇÕES.—Dia 9.—Ao sr. João Rodrigues da Silva, intimando-o, de ordem do sr. dr. director do serviço sanitario, para no prazo improrogavel de trinta dias, mandar fazer caiação e pintura em seu predio n. 44, á rua do Commercio.
Dia 10.—Ao sr. proprietario do hotel de Europa, intimando-o, auctorizado pelo sr. dr. director desta repartição, para, no prazo de trinta dias, proceder á completa reforma das secretas do seu estabelecimento, alargando-as, ladrilhando-as, substituindo as caixas automaticas, dando-lhes a feição mais moderna possivel, assim como o corredor que constitue a entrada particular do hotel, pintando-o e ladrilhando do mesmo modo, sob as penas da lei.
REQUERIMENTO DESPACHADO.—Dia 11.—D. Francisca Ortiz da Silva Coutinho, requerendo a esta directoria para que seja procedido a vistoria em seu predio n. 12, á ladeira do Chafariz, actualmente desoccupado, para verificação do estado de habitabilidade do mesmo.—Ao sr. desinfectador para os devidos fins.

Balancetes Municipaes

BALANCETE DA RECEITA E DESPESA DA PREFEITURA MUNICIPAL DA CAPITAL RELATIVO AO MEZ DE FEVEREIRO DE 1910.
Receita
Imposto de industrias e profissões 2:080\$000
Idem sobre vehiculos 150\$000
Idem sobre expediente 98\$900
Idem sobre vencimentos 28\$477
Idem de porta aberta 498\$000
Idem de aferição 3.147\$200
Idem sobre empacramento 36\$572
Talho de carnes verdes 2:126\$000
Rendimento do mercado 1:225\$220
Emolumentos 732\$717
Multas por infracção de leis 235\$720
Idem, idem, de posturas 270\$000
Divida activa 1:361\$000
Saldo do mez de janeiro 9:055\$055
21:044\$861
Despesa
Pessoal do conselho municipal 366\$666
Expediente do conselho 486\$900
Pessoal da prefeitura 2:621\$298
Expediente 800\$850
Pontenagens ao thesoureiro 122\$300
Asseio do mercado 47\$300
Obras publicas 3:726\$600
Cemiterio publico 60\$000
Serviço sanitario 170\$000
Exercicios findos 1:776\$900
Pessoal inactivo 502\$390
Eventuales 14\$300
Saldo que passa para o mez de março 10:349\$357
21:044\$861

Primo e Segundo Secções

Primo e Segundo Secções da Prefeitura, em 10 de março de 1910.—O escriptuario, Amarolino Ribeiro de Jesus.—O thesoureiro, Alvim Simões. Visto, Licinio Carneiro.

TELEGRAMMAS

Serviço especial do "Diario da Manhã"
INTERIOR
RIO, 12.
A Tribuna desmente a existencia de um tratado do Brasil com a Bolivia a proposito de pendencias com o Perú.
Tem experimentado sensiveis melhoras no seu estado de saude o senador Urbano Santos.
RIO, 12.
O enterro dos estudantes José Figueiredo e Hilario Nabuco que pereceram afogados na represa de Petropolis, como lhes telegraphetei, esteve concorridissimo.
RIO, 12.
O trem de cargas, na Praia Formosa, chocou com um trem de passageiros. A machina do primeiro attingiu um carro de 2.ª classe. Do desastre sahiram feridas 14 pessoas, sendo tres gravemente.
A assistencia municipal compareceu promptamente, presentando os primeiros socorros.

Recenseamento

Devem se realizar em toda a Republica dentro do anno corrente os trabalhos do recenseamento a cargo do ministerio da agricultura.
Em todos os paizes constitue semelhante serviço uma das grandes preoccupações dos governos, empenhados em ver as suas populações sempre accrescidas por isso que neste desenvolvimento assenta um forte attestado de progresso para as nações.
Quer oriundas da mesma nacionalidade, quer vindas de fóra para procurarem nos paizes em que passam a residir o campo para o seu trabalho e para as luctas da existencia, as populações dos varios departamentos de uma nação devem sempre acariciar estes mesmos desejos, esta mesma preocupação de se desenvolver pelo numero como pelo trabalho, deixando sempre os mais frisan-tes attestados do seu constante evoluir
Nos povos constituídos da velha Europa e da nova America, onde a civilização tem deixado os seus mais proveitosos beneficos e onde todos os espiritos ao influxo das idéas do progresso têm assignalado as mais brilhantes conquistas, vê-se o especial cuidado que não só os poderes publicos como tambem as proprias classes sociaes cercam o serviço de recenseamento como um dos mais necessarios para testemunhar o gráu de seu adiantamento.
No Brasil, infelizmente, mau grado as condições de cultura em que se encontra a grande maioria de seus habitantes, o recenseamento é sempre objecto de desconfianças por parte das camadas populares a cujo espirito occurrem sempre as idéas mais absurdas e extravagantes quanto aos fins de tão importante serviço.
No emtanto, torna-se preciso que o povo encarre o assumpto pelo seu prisma real e pelo modo por que deve elle ser verdadeiramente olhado.
Não se justificam esses receios do povo, ora pensando que o recenseamento tem por objectivo o serviço obrigatorio nas forças armadas, ora julgando-o para outros fins vexatorios dos direitos e regalias que nos garantem as leis da Republica.
O que existe de facto é a necessidade de se conhecer ao certo qual a população do Brasil, qual o numero de concidadãos com que elle cada anno conta para desenvolver-lhe as suas forças productoras, as suas energias de que nascirão o seu progresso e sua grandeza.
E para isso preciso se faz que corramos todos ao encontro dos esforços do governo, não fugindo á obrigação que nos assiste de deixarmos nos boletins que nos fornecem as repartições de statistica os nossos verdadeiros nomes.
Uma prova do que vimos asseverando e que demonstra cabalmente os fins alevantados a que obedecem os recenseamentos está no aviso baixado pelo sr. dr. Rodolpho Miranda, illustre ministro da agricultura, em que manda incinerar as listas a que nos referimos, uma vez apurados os resultados que as mesmas offerecerem.
Damos a seguir o aviso a que alludimos e concitamos o povo espirito-santense no sentido de concorrer com a sua boa vontade e o seu patriotismo para que

EXTERIOR

BUENOS-AYRES, 12.
O governo providenciou sobre a hospedagem dos delegados estrangeiros ás festas do centenário.
SANTIAGO, 12.
Os srs. Martinez e Elizaede desmentem as declarações que os jornaes peruanos lhes attribuem.
SANTIAGO, 12.
Consta que o dr. José Carlos Rodrigues virá até esta capital em passeio.
NORFOLK, 12.
Continuam os festejos em honra aos officiaes brasileiros.
LISBOA, 12.
Os franquistas apoiarão o gabinete.
LISBOA, 12.
Na camara o general Baracho combateu as prisões dos implicados nos clubs secretos.
O sr. Souza Beirão respondeu ao sr. Arroyo sobre o casamento do rei, achando inoportuna tal discussão.
PARIS, 12.
Foi contractado pelo Banco Commercial Industrial o emprestimo para o Rio Grande do Norte.
O SR. PRESIDENTE DO ESTADO
O sr. presidente do Estado mandou o seu ajudante de ordens visitar os srs. deputados Nestor Gomes, major Porphyrio Furtado e coronel Emygdio Siqueira.
O sr. presidente do Estado assignou hontem varios decretos dando despacho em diversos papeis que lhe foram apresentados pelo sr. dr. secretario do interior.

DIARIO DA MANHÃ

ORGÃO OFFICIAL

ANNO IV — Victoria, E. do Espirito Santo

Segunda-feira, 14 de Março de 1910 — NUM. 70



ACTOS OFFICIAES

Presidencia do Estado

DECRETO Nº 43

Dá regulamento aos diversos ramos da administração do Estado.

(Continuação)

c) representar ao inspector geral quando houver qualquer desvio do cumprimento de dever por parte dos professores e propôr as medidas que acharem convenientes para melhor execução da lei e decretos referentes á instrucção publica ;

d) dar attestados para que o professor possa receber os seus vencimentos, desde que o professor junte ao requerimento apresentado um extracto do livro de chamada do mez respectivo, accusando uma frequencia media minima de 16 alumnos.

e) tomar qualquer medida urgente que fôr necessaria com relação á escola, submettendo sua resolução a approvação do inspector geral.

§ unico. Os delegados litterarios nos seus impedimentos serão substituidos pelos juizes districtaes em exercicio das sédes, villas e districtos (Lei 591—1903).

CAPITULO II

DO ENSINO PRIMARIO

Art. 246. O ensino primario a cuja diffusão o Estado se obriga, tem como meio de distribuição a escola.

Art. 247. O numero de escolas primarias será determinado pelo crescimento da população, pela sua densidade nos grandes centros, pelo augmento das rendas publicas e pelo desenvolvimento das aptidões profissionaes.

Art. 248. É da exclusiva competencia do presidente do Estado a criação e suppressão das escolas primarias, bem como a remoção da sua séde ; tendo como orgão consultivo da administração, para o uso dessa faculdade, o inspector geral do ensino, os inspectores escolares e os delegados litterarios.

§ unico. Fica salvo ás populações o direito de representarem sobre o assumpto, quer directamente ao presidente do Estado, quer por intermedio do inspector geral, que será sempre ouvido, antes da deliberação definitiva.

Art. 249. As escolas serão classificadas por entrancias, conforme as suas sédes, do modo seguinte, nos termos do art. 8 da lei 642, de 21 de dezembro de 1909:

a) Primeira entrancia—as situadas no perimetro urbano da capital ;

b) Segunda entrancia—as situadas nas sédes dos municipios do Cachoeiro de Itapemirim, Santa Leopoldina e S. Matheus ;

c) Terceira entrancia—as situadas na séde dos demais municipios ou séde de districtos ou povoações, que houverem sido séde de municipios e as situadas em arrabaldes da capital ;

d) Quarta entrancia—as demais escolas actuaes.

e) Quinta entrancia—as situadas em quaesquer outras localidades do interior e as que, por effeito do decreto que as creou, tiverem logo a classificação de 5ª entrancia, ainda mesino que sejam para funcionar em séde de districto.

Art. 250. O ensino primario será obrigatorio para todas as creanças de 7 a 12 annos.

Art. 251. Para os alumnos maiores de 12 annos, o ensino é ministrado pelas escolas nocturnas.

Art. 252. Serão fiscaes na obrigatoriedade do ensino, em todo o Estado, dois inspectores escolares, e, nas cidades, villas e districtos (lei 591) os delegados litterarios.

Art. 253. A frequencia obrigatoria restringe-se ao circulo determinado por um raio de 2 kilometros da escola.

Art. 254. Nenhuma escola pode funcionar com menos de 20 alumnos frequentes, nem receber mais de 45 alumnos.

Art. 255. O ensino primario será ministrado :

a) Por escolas isoladas, para cada sexo e regidas por um professor ;

b) Por escolas isoladas mixtas, regidas por uma professora ;

c) Por escolas nocturnas, para alumnos maiores de doze annos ;

d) Por escolas reunidas ;

e) Por grupos escolares ;

f) Pelas escolas modelo e complementar annexas á escola normal.

Art. 256. Nos logares, em que a estatística escolar accusar, pelo menos, a existencia de quarenta alumnos, analphabetos, será creada uma escola isolada mixta.

Art. 257. Nas localidades, em que a densidade da população o exigir, serão creadas tantas escolas isoladas, para cada sexo, quantos forem os grupos de quarenta e cinco alumnos, em idade escolar, ahi existentes para cada uma dellas.

Art. 258. Sempre que haja em uma localidade mais de quarenta alumnos analphabetos, maiores de doze annos, se creará uma escola nocturna.

§ Unico. As escolas nocturnas podem ser isoladas ou reunidas.

Art. 259. As escolas de um mesmo lugar poderão funcionar somente num predio, com a denominação de «escolas reunidas» ou com a de «grupo escolar».

§ 1º Serão denominadas «escolas reunidas» e funcionarão no mesmo predio, quando o numero de escolas isoladas de cada sexo fôr inferior a quatro.

§ 2º Serão, porem, convertidas em «grupo escolar», quando o numero de escolas isoladas de cada sexo fôr superior a tres.

Art. 260. O curso de estudos das escolas isoladas e das escolas reunidas será de tres annos com o programma annexo sob nº 1 ; o dos grupos escolares será de quatro annos.

Art. 261. Nas escolas reunidas ou nos grupos escolares, cada professor ficará com a regencia de uma classe, onde leccionará todas as disciplinas do programma, a este annexo sob nº 2.

Art. 262. Para a execução do disposto no art. 258 dar-se-á preferencia ao municipio, cujas camaras auxiliarem ao governo, quer pecuniariamente, quer em dadivas de terrenos e materiaes.

Art. 263. O ensino das escolas primarias comprehenderá as materias seguintes: leitura, grammatica, escripta, calligraphia, arithmetica, geometria, geographia geral, geographia do Brazil e cosmographia, historia do Brazil, noções de sciencias physicas e naturaes, musica, desenho, gymnastica, exercicios militares e trabalhos manuaes.

§ Unico. Será facultado, nas escolas situadas nas colonias ou nos logares, em que predomine o elemento estrangeiro, o ensino do idioma respectivamente dominante, predominando sempre o idioma nacional.

Art. 264. As escolas primarias funcionarão em salas vastas, claras e arejadas e estas serão, logo que fôr possível, ornadas de retratos de brasileiros illustres.

SECÇÃO I

DOS ALUMNOS

Art. 265. São deveres dos alumnos :

a) observar os preceitos da hygiene quanto ao asocio proprio e o das roupas ;

b) esperar, na escola, o signal para a entrada ;

c) tratar com delicadeza e urbanidade o director, professores e mais funcionarios do estabelecimento ;

d) cumprir as determinações do director e professores ;

e) zelar pela conservação de tudo que diz respeito á escola ;

f) tratarem-se como irmãos, não praticando delações nem denunciaes, a não ser quando se tratar de um facto grave, que se tenha dado e sobre o qual haja inquirição.

SECÇÃO II

DA MATRICULA

Art. 266. Para a 1ª matricula nas escolas primarias exige-se certidão ou documento que prove ter a creança a idade minima de 7 annos, bem como attestado medico, que prove não soffrer de melestia contagiosa e certificado de vaccinação com resultado favoravel.

Art. 267. É gratuita a matricula nas escolas publicas do Estado para todas as creanças maiores de 7 annos e menores de 12.

Art. 268. A matricula será feita pelos directores quando se tratar de escolas reunidas e de grupos escolares e pelos professores, quando se tratar de escolas isoladas.

Art. 269. A matricula será feita em livro especial e com os seguintes esclarecimentos para cada alumno :

a) Numero de ordem

b) Nome.

c) Data do nascimento.

d) Filiação.

e) Nacionalidade.

f) Residencia.

Art. 270. Nos grupos escolares, bem como nas es-

colas isoladas ou reunidas, a matricula será feita do dia 25 ao dia 31 de Janeiro, de modo que ella não interrompa o inicio das aulas a 1º de fevereiro.

Art. 271. A matricula será no maximo de 45 alumnos e no maximo de 20 alumnos.

Art. 272. Serão eliminados :

a) Os alumnos que se despedirem, com auctorição dos paes ou responsaveis.

b) Os alumnos que derem sessenta faltas justificadas e vinte e cinco não justificadas ou 25 consecutivas.

c) Os que soffrerem pena de eliminação.

d) Os que fallecerem.

Art. 273. Os paes ou pessoas responsaveis deverão justificar sempre as faltas dos filhos ou protegidos, quando com seu assentimento elles faltarem á escola.

Art. 274. Todo alumno que terminar o curso de quaesquer escolas isoladas ou reunidas fica com direito a matricular-se no 4º anno de qualquer grupo escolar ou da escola modelo ; e o que terminar o curso do grupo escolar ou da escola modelo terá direito a matricular-se na escola complementar.

§ unico. Terminando o curso da escola isolada ou das reunidas, grupo escolar, escola modelo e escola complementar, o alumno receberá o respectivo certificado assignado pelo professor ou director, de accôrdo com os annexos ns. 5, 6, 7 e 8.

Art. 275. A matricula nas escolas modelo e complementar se fará no periodo de 1 a 10 de fevereiro de cada anno, na inspectoria geral.

Art. 276. As matriculas da escola modelo não poderão exceder de 20, no minimo e 42 no maximo, em cada anno e nos 2º, 3º e 4º annos se farão por promoção.

Art. 277. Estas promoções ficam subordinadas ao conjuncto das notas de frequencia, de applicação e de exames dos alumnos.

Art. 278. As notas de applicação, de comportamento, de frequencia e de exames mensaes serão registradas mensalmente nos livros para esse fim destinados.

§ 1º As notas de applicação e comportamento só dependem da justa apreciação dos professores de cada anno, em relação aos seus alumnos.

§ 2º As de exames bi-mestras serão dadas pelos professores, em relação aos alumnos da secção masculina e pelas professoras, em relação ás alumnas.

Art. 279. De dois em dois mezes de cada anno farão duas provas escriptas.

§ 1º Essas provas versarão sobre duas das disciplinas do programma e sobre pontos que o director da escola determinar, de accordo com a materia dada.

§ 2º O tempo consagrado a cada prova escripta deverá corresponder ao tempo que o horario do dia escolhido consagrar á respectiva materia, de modo que o tempo gasto com essa prova não prejudique o ensino das demais disciplinas.

Art. 280. Encerradas as aulas, proceder-se-á na secretaria da escola a deducção da média numerica de todas as notas de applicação e de exames que determinará a classificação do alumno no anno lectivo seguinte, fazendo permanecer no anno do curso, em que se achava ou promovendo-o para anno superior.

§ 1º Para determinação da referida média dividir-se-á o total das equivalencias numericas das notas de applicação e de exames de cada alumno pelo numero das notas registradas.

§ 2º O grau minimo para a promoção será o grau 6, correspondente á nota *Regular*.

Art. 281. Os candidatos que se acharem habilitados á matricula na escola complementar e que não possam exhibir os certificados, de que trata o art. 274, serão examinados por uma commissão composta dos dois professores da escola complementar e de um terceiro designado pelo inspector geral do ensino.

Art. 282. Os certificados de habilitação em geral, serão concedidos pelos professores, nas escolas isoladas, pelos directores nas escolas reunidas e grupos escolares e pelo inspector geral nas escolas modelo e complementar.

§ Unico. Estes certificados serão impressos e fornecidos pelo governo do Estado, estando os dos grupos escolares e escolas modelo e complementar sujeitos ao sello estadual consignado em lei.

SECÇÃO III

DAS CLASSES E SEU ENSINO

Art. 283. As disposições deste regulamento, referentes á distribuição do ensino na escola modelo, estendem-se tambem, no que lhe fôr applicavel, ás escolas isoladas, reunidas e grupos escolares.

Art. 284. O ensino nas escolas isoladas será ministrado em tres classes, de accordo com o programma annexo sob n. 1.

